

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

N.º 75 — verão de 2024

A TRADUÇÃO DE NOMES DE CIDADES — <i>Marco Neves</i>	1
BARATA-DA-MADEIRA E BARATA-DA-MADEIRA: UMA PROPOSTA ORTOGRÁFICA PARA REGULARIZAR AS DENOMINAÇÕES VERNÁCULAS PORTUGUESAS PLURIVERBAIS DE GRUPO DE SERES VIVOS — <i>Carlos Garrido</i>	3
EM TORNO DO BUGIO — DA ARGÉLIA À GALIZA — <i>Paulo Correia</i>	10
CORTAR A COLETA — <i>Luís Filipe PL Sabino</i>	16
A PRONÚNCIA DE MORTÁGUA — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	18
UM APARTE À PARTE (XV) — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	19
DESINFORMAÇÃO — DA TERAPÊUTICA À DESMISTIFICAÇÃO PRÉVIA — <i>Paulo Correia</i>	20

A tradução de nomes de cidades

Marco Neves

Tradutor e docente na NOVA FCSH⁽¹⁾

Onde fica Lísia?

Quando, há poucos anos, fui a Leipzig, e como acontece a quase todas as pessoas que viajam, usei o atlas que levo no bolso: o Google Maps (que é muito útil, mas também já me levou por caminhos nunca dantes percorridos por ninguém).

Ora, se tiver o tal atlas de bolso na versão portuguesa e me puser a procurar a cidade alemã, encontro este nome curioso: «Lísia». Quis ir a Leipzig, mas cheguei a Lísia.

Este nome não aparece em nenhuma conversa entre portugueses e, mesmo olhando para os registos históricos do português escrito, é muito difícil encontrá-lo. É um nome de origem latina, sim, é usado em idiomas como o italiano, mas quando olhamos para a nossa língua, aparece numa ou noutra obra de referência — e pouco mais. Aparece também, diga-se, na Wikipédia, provável fonte do nome que encontramos no Google Maps.

Não é que, por cá, recusemos dar nomes portugueses a cidades estrangeiras. Aliás, na Alemanha, há muitas cidades com nomes bem portugueses: Munique, Estugarda, Colónia, Hamburgo e Berlim, por exemplo. Estes nomes de cidades estrangeiras traduzidos para a nossa língua chamam-se *exónimos*. Há muitos também noutros países: Londres, Nova Iorque, Helsínquia, Pequim... Poderíamos continuar pelo mundo fora.

As outras línguas também os têm. Lisboa é, em inglês, «Lisbon». Os alemães chamam «Lissabon» a Lisboa, os franceses «Lisbonne» — e há muitas cidades em todo o mundo com muitos nomes diferentes conforme a língua.

Agora, Leipzig não costuma ser Lípsia em português, apesar do que nos diz o telemóvel...

Nomes que se traduzem

É por estas e por outras que um tradutor sorri quando alguém diz «os nomes próprios não se traduzem!». Não é bem assim. Como em tudo o que se relaciona com tradução, é mais complicado do que parece. A começar pelos nomes das cidades.

É mesmo mais complicado do que parece, porque nem sequer basta encontrar um possível exónimo. Há exónimos que se vão perdendo. Um exemplo é o nome inglês do Porto, que aparece em muitos textos como «Oporto». Este é um exónimo tradicional, típico de obras publicadas, mas é cada vez mais raro (por outro lado, continua bem vivo em castelhano). Há também exónimos portugueses que pouco se usam: «Lípsia», como vimos, mas também «Francoforte», só para dar dois exemplos alemães.

O que fazer quando temos de traduzir o nome da cidade? Devemos tentar saber se existe um exónimo e saber qual é o uso mais habitual em português, no género de texto em particular, nas últimas décadas. Há também livros de estilo e listas que nos ajudam (o Código de Redação Interinstitucional é um ótimo recurso e inclui vários exónimos na lista de capitais).

Se não tivermos cuidado, podemos acabar por usar um exónimo que ninguém conhece — ou então, pelo contrário, podemos cair no erro de não usar o nome tradicional português. Se encontrarmos o nome «Genève» num texto, temos o exónimo «Genebra» à mão de semear.

Há quem encontre a questão pela primeira vez e não perceba a dificuldade dos tradutores: ora, use-se sempre o nome original, ponto final! No caso de cidades sem exónimo, concordo. Não vale a pena andar a aporuguesar nomes de cidades estrangeiras à força. No entanto, aplicar o princípio de forma geral acaba por atrapalhar mais do que ajudar, como tende a acontecer com os princípios criados por quem não conhece bem o problema. Poucos portugueses aceitariam encontrar «London» num texto português. E nomes chineses ou japoneses? Que fazer?

O uso continuado nos textos publicados na língua é o melhor critério — embora não seja fácil de aplicar. Devemos pesquisar e tentar saber que nome tem sido usado nas últimas décadas para designar a cidade em particular.

Cidades de vários nomes

Há problemas bicudos em que nem este critério permite resolver: há topónimos que foram introduzidos pelo poder colonial e são sentidos como imposições pelos habitantes, que os tentam mudar, mesmo na língua colonial. Um exemplo é Bombaim, cidade que tem hoje o nome oficial «Mumbai», que as autoridades locais pedem para ser respeitado nas outras línguas.

Também existem casos como o nome da capital da Ucrânia, cidade que tem um exónimo português pouco mais usado que Lípsia: «Quieve». Ora, o uso habitual não é este exónimo, mas uma transliteração, ou seja, a escrita do nome original usando o nosso alfabeto (e não o cirílico). «Kiev» é a transliteração do nome em russo. No contexto da invasão russa, muitos consideraram que era tempo de transliterar o nome ucraniano e não o russo. Assim, encontramos hoje «Kyiv» em muitos jornais. Se um tradutor estiver a traduzir do inglês, talvez seja fácil seguir a opção do original (a não ser que haja critérios editoriais a seguir). Imaginemos, porém, que o tradutor está a traduzir a partir do russo: usa a versão ligada ao original ou ao uso mais recente em português?

Este exemplo lembra-nos algo importante: a ideia de que uma cidade tem um nome próprio na sua língua e outros nomes estrangeiros peca por simplista. As cidades sempre tiveram vários nomes, porque as cidades sempre foram vividas em várias línguas. Muitos habitantes de Kyiv também falam russo. Qual é o nome original de Bruxelas? Estrasburgo já foi uma cidade de língua alemã. E o Luxemburgo? E aquela cidade galega que tem o nome português «Corunha», mas muitos insistem em continuar a dizer

«La Coruña»? Não faz muito sentido: o nome oficial da cidade é «A Coruña», que pode muito bem ser ortograficamente adaptado à nossa língua.

Qualquer cidade tem muitos nomes. Há cidades que mudam várias vezes de nome mesmo dentro de cada língua, como Constantinopla, aliás Bizâncio, aliás Istambul (todos estes são exónimos portugueses, note-se).

Traduções e complicações

A questão é difícil (e nem estamos a pensar nos nomes dos países), mas os tradutores estão habituados a ela: têm de tomar em consideração o uso continuado da língua, a história da cidade e das palavras, o texto em particular que estão a traduzir e ainda as opções em cima da mesa. Por vezes, têm também de ter em conta os critérios de outros, clientes e não só. No fim, é preciso pensar e escolher.

Os tradutores também estão habituados às impaciências de quem pensa que isto é simples. Sim, é simples até ao momento em que encontramos as complicações — e elas estão sempre à espreita. Se até a tradução dos nomes das cidades é difícil, o que dizer de tudo o resto?

marconeves@gmail.com

⁽¹⁾ Marco Neves nasceu em Peniche e vive em Lisboa. Tem sete ofícios, todos virados para as línguas: tradutor, revisor, professor, leitor, conversador e autor. É professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e diretor do escritório de Lisboa da Eurologos. Escreve regularmente no blogue Certas Palavras, <https://certaspalavras.pt/>.



Barata-da-madeira e barata-da-Madeira: uma proposta ortográfica para regularizar as denominações vernáculas portuguesas pluriverbais de grupo de seres vivos

Carlos Garrido
Universidade de Vigo / Comissão Linguística da Associação de Estudos Galegos

«**cedro-do-líbano**: *Cedrus libani*, conhecido pelas designações [sic] vernáculas de **cedro-do-Líbano** é uma árvore conífera, majestosa, nativa das montanhas da região mediterrânica, no Líbano, Síria Ocidental, Turquia centro-meridional e Chipre.»⁽¹⁾

Partindo de uma formação universitária, como a galega contemporânea, infelizmente em larga medida castelhanizada e castelhanizante, quando entrei em contacto pela primeira vez com textos de biologia, e especialmente de zoologia, escritos em português, chamou-me poderosamente a atenção o uso do hífen a ligar as palavras componentes das denominações vernáculas (com inclusão das híbridas paracientífico-vernáculas⁽²⁾) de grupos de organismos⁽³⁾ (ex.: *águia-imperial(-ibérica)*, *amanita-mata-moscas*, *cólobo-vermelho-centro-africano*, *estrelinha-de-poupa*, *lesma-de-conchincha*, *peixe(s)-chato(s)*, *pica-pau-bico-de-marfim*, *plátano-bastardo*), um curioso particularismo gráfico do português que logo avalei como sendo de grande utilidade (identificação e delimitação de tais unidades). Todavia, mesmo nesse estado de admiração e satisfação ao descobrir tão útil e peculiar alvitre gráfico da linguagem científica portuguesa — e um similar, mas diferente (v. *infra*), eu viria a descobrir também no alemão, língua que na altura começava a estudar —, não pude evitar sentir-me chocado, perplexo, perante uma outra solução gráfica que frequentemente acompanhava o uso do hífen nas denominações vernáculas portuguesas de grupos de organismos: a substituição por minúscula da letra

maiúscula inicial dos nomes próprios nelas integrados (sobretudo, topónimos e antropónimos: *abeto-de-douglas* [em vez de *Douglas*], *borboleta-atlas* [em vez de *Atlas*], *cedro-do-líbano* [em vez de *Líbano*], *cobra-capelo-do-egito* [em vez de *Egito*], *foca-de-weddell* [em vez de *Weddell*]...), opção, esta, assaz estranha e aparentemente supérflua, e que — logicamente — não poupava hagiónimos nem mesmo o nome de Deus (ex.: *erva-de-são-jão*, *louva-a-deus*).

Esses dois alvítes gráficos da linguagem científica portuguesa concebidos para escrever as denominações vernáculas pluriverbais de grupos de organismos (animais, plantas, fungos, protistas e moneras⁽⁴⁾), embora peçados por certas vacilações e inconstâncias, têm-se constituído em *tradicionais*, mas essas duas tradições apresentam solidez e funcionalidade notavelmente diferentes entre si: enquanto tal uso do hífen está, por um lado, muito estendido e consolidado nesta altura, e, por outro, plenamente justificado de um ponto de vista funcional, já a substituição por minúscula da maiúscula inicial dos nomes próprios, como aqui veremos, embora seja frequente, não desfruta hoje, em absoluto, de aceitação generalizada, nem se revela plenamente funcional para a comunicação especializada. À vista destas constatações, atinentes às respetivas consolidação de uso e funcionalidade, no presente trabalho, endereçado sobretudo à comunidade lusófona de cientistas, terminólogos, redatores científicos e tradutores, tencionamos recomendar, e propor formalmente, de maneira sobejamente argumentada⁽⁵⁾, o uso constante, sem exceção, de maiúscula inicial nos nomes próprios integrados nas denominações vernáculas portuguesas pluriverbais de grupo de organismos (nas quais, convenientemente, as palavras componentes devem surgir unidas mediante hífen). A seguir, com esse objetivo, e em relação ao uso de minúscula inicial nos nomes próprios integrados nas denominações vernáculas pluriverbais, passamos em revista diversos fatores que determinam a sua falta de coerência e de consolidação, bem como as significativas desvantagens funcionais que lhe estão associadas; porém, antes disso, e em jeito de contraste contextualizador, analisamos a coerência, consolidação e vantagem funcional do uso do hífen nas referidas unidades pluriverbais.

1.1. O uso do hífen nas denominações vernáculas portuguesas pluriverbais de grupo de organismos é uma tradição já bem consolidada. A partir de um uso geral do hífen em português muito generoso⁽⁶⁾, e que tradicionalmente tem incluído casos de termos compostos descontínuos surgidos pela associação mediante hífen de mais de duas palavras, por vezes com preposição (ex.: *água-de-colónia*, *limpa-para-brisas*, *mais-que-perfeito*, *Montemor-o-Novo*, *Trás-os-Montes*), de forma natural, terão surgido a convenção e o hábito de as denominações vernáculas pluriverbais de grupo de organismos serem grafadas com as palavras componentes unidas mediante hífen (ex.: *erva-cidreira*, *peixinho-de-prata*). Essa convenção e esse hábito, naturais portanto dentro da lógica da língua, tornaram-se tradição sólida e hoje podem considerar-se consolidados, bem estabelecidos, com poucas vacilações ou oscilações, que, aliás, logo deveriam desaparecer (v. *infra*).

Para essa consolidação atual do uso do hífen nas denominações vernáculas pluriverbais tem contribuído de forma destacada o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (= AO90)⁽⁷⁾, cuja Base XV, que trata «Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares», inclui, no parágrafo 3.º, a seguinte cláusula:

Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: *abóbora-menina*, *couve-flor*, *erva-doce*, *feijão-verde*; *bênção-de-deus*, *erva-do-chá*, *ervilha-de-cheiro*, *fava-de-santo-inácio*; *bem-me-quer* (nome de planta que também se dá à *margarida* e ao *malmequer*); *andorinha-grande*, *cobra-capelo*, *formiga-branca*; *andorinha-do-mar*, *cobra-d'água*, *lesma-de-conchinha*; *bem-te-vi* (nome de um pássaro).

Neste contexto, devem ter-se em conta dois aspetos importantes: em primeiro lugar, que tal cláusula do AO90 aborda, de facto, uma questão de ortografia técnica (própria da linguagem da biologia), embora tornada, sem dúvida, de interesse geral devido à onipresença do mundo natural no discurso quotidiano e às necessidades expressivas do ensino e da divulgação da ciência; em segundo lugar, que este 3.º parágrafo da Base XV do AO90 exerce, para a questão focalizada, um tipo de prescrição linguística

de máxima categoria e de máxima força vinculativa para os utentes da língua, que podemos designar por *prescrição enunciativa*⁽⁸⁾.

O uso do hífen nas denominações vernáculas pluriverbais de grupo de seres vivos está já bem assente, portanto, mas, mesmo assim, ele ainda está submetido a uma certa vacilação e insegurança. Favorece, de facto, essa oscilação a própria redação do parágrafo antedito do AO90, pouco precisa: «Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas». Como Paulo Correia já explicou num instrutivo artigo publicado neste boletim⁽⁹⁾, essa referência a «espécies botânicas e zoológicas», antes inspirada na tradição lexicográfica do que na ciência biológica atual, pode e deve ser interpretada no sentido de abranger todos os reinos de seres vivos (mas, em princípio, não os vírus, que não são seres vivos⁽¹⁰⁾). Superada essa dificuldade, resta o escolho da referência do AO90 a «espécies». Interpretada literalmente, conforme essa regra, *não* se escreveriam com hífen aquelas denominações vernáculas pluriverbais *não aplicáveis* à designação de espécies (ou subespécies ou variedades) concretas, mas sim à designação de grandes grupos (de categoria taxonómica superior), que podem compreender diversos géneros e espécies, e, na realidade, hoje em dia, ainda se registam na bibliografia frequentes vacilações do tipo *alga(s) verde(s)* / *alga(s)-verde(s)*, *alga(s) castanha(s)* / *alga(s)-castanha(s)*, *lesma(s) marinha(s)* / *lesma(s)-marinha(s)*, *peixe(s) cartilágineo(s)* / *peixe(s)-cartilágineo(s)*, *peixe(s) chato(s)* / *peixe(s)-chato(s)*. Ora bem, dado que em muitas ocasiões se revela difícil destrinçar as denominações vernáculas de grupos de organismos aplicáveis à designação de (sub)espécies concretas de aquelas que o não são (p. ex.: *aranha do mar* ou *aranha-do-mar?*; *formiga legionária* ou *formiga-legionária?*; *lesma marinha* ou *lesma-marinha?*; *ouriço do mar* ou *ouriço-do-mar?*; cf. uso de *alga verde* junto com *alga-verde-flácida* [= *Ulothrix flacca*] na pág. 248 da *Grande Enciclopédia do Oceano*!⁽¹¹⁾), a solução mais natural e prática consiste em generalizarmos o uso do hífen a todas as denominações de grupo de organismos de cariz taxonómico, com independência da sua correspondência (e categoria) taxonómica⁽¹²⁾. Deste modo, frente às frequentes oscilações que hoje se registam na bibliografia, devemos escrever de modo constante, sem dúvidas nem vacilações, *alga(s)-verde(s)*, *alga(s)-castanha(s)*, *lesma(s)-marinha(s)*, *lesma(s)-terrestre(s)*, *peixe(s)-cartilágineo(s)*, *peixe(s)-chato(s)*, *peixe(s)-ósseo(s)*, *verme(s)-chato(s)*, etc.⁽¹³⁾

1.2. O uso do hífen nas denominações vernáculas portuguesas pluriverbais de grupo de organismos apresenta notável vantagem funcional. O emprego do hífen a ligar as palavras formadoras das denominações vernáculas de grupos de cariz taxonómico de animais, plantas, fungos, protistas e moneras, embora pareça, em princípio, complicar a escrita, apresenta a vantagem de permitir identificar e delimitar facilmente o correspondente nome vernáculo, evitando possíveis ambiguidades e leituras erróneas. Assim, por exemplo, não será possível confundirmos um *gato-bravo* (necessariamente, da espécie *Felis silvestris*) com um «gato bravo» (o qual pode ser um indivíduo feral ou assilvestrado do gato-doméstico); um *cão-caçador(-africano)* (= *mabeco*: espécie *Lycaon pictus*) com um «cão caçador» (animal doméstico); uma «mobelha pequena» (por exemplo, da espécie *Gavia immer*) nem sempre poderá incluir-se entre as *mobelhas-pequenas* (*G. stellata*), e os «lincos europeus» são algo mais variados (*Lynx lynx* e *L. pardina*) do que os *lincos-europeus* (*Lynx lynx*). Nesta linha, Paulo Correia, no seu valioso artigo de «a folha», propunha o exemplo seguinte, ao qual acrescentamos, na continuação, mais um, da nossa lavra:

«O **salmão-do-atlântico** (*Salmo salar*) é o único **salmão do Atlântico**, mas o salmão do Pacífico divide-se em várias espécies, como o salmão-japonês (*Oncorhynchus masou*), o salmão-real (*Oncorhynchus tshawytscha*), o salmão-cão (*Oncorhynchus keta*), o salmão-prateado (*Oncorhynchus kisutch*), o salmão-rosa (*Oncorhynchus gorbuscha*), o salmão-vermelho (*Oncorhynchus nerka*).»⁽¹⁴⁾

Atente-se na diferença entre **besouro de ambrosia** (grupo de cariz não taxonómico) e **besouro-de-ambrosia** (grupo de cariz taxonómico): **besouro de ambrosia** é qualquer coleóptero cujas larvas se alimentam de um tapete de fungos ou bolores que reveste as paredes das galerias escavadas na madeira em que elas vivem, fungos que são inoculados e cultivados pelas progenitoras dessas larvas (trata-se de certos representantes das famílias Limexilídeos e Anobiídeos, da subfamília Platipodíneos dos Curculionídeos e, sobretudo, das tribos Xileborinos e Xiloterinos da subfamília Escolitíneos dos Curculionídeos); **besouro-de-ambrosia** é um besouro das tribos Xileborinos e Xiloterinos da subfamília Escolitíneos dos Curculionídeos.

Observe-se que, a este respeito, é muito significativo que também na língua alemã se adote a convenção de grafar de modo especial os componentes verbais destes nomes vernáculos. Assim, nas denominações vernáculos alemães de grupos de organismos que constam de duas ou mais palavras livres, estas escrevem-se com maiúscula inicial, com independência da sua categoria gramatical (acontecendo que, no uso geral da língua, apenas os substantivos, e não os adjetivos nem as palavras doutras categorias, surgem com maiúscula inicial): *Asiatischer Elefant* (= *elefante-asiático*), *Echte Trauerweide* (= *salgueiro-chorom*), *Großer Brachvogel* (= *maçarico-real*), *Großer Tümmler* (= *roaz-corvineiro*), *Grüner Knollenblätterpilz* (= *Amanita phalloides*), *Schwarzes Nashorn* (= *rinoceronte-negro*), *Weißer Hai* (= *tubarão-branco*)... Deste modo, por exemplo, «ein Großer Brachvogel» ('um maçarico-real') não se confunde com «ein großer Brachvogel» ('um maçarico grande')⁽¹⁵⁾. O alemão também pode ser invocado em abono da nossa recomendação de se grafarem com hífen as denominações vernáculos portuguesas pluriverbais designativas de grupos de categoria taxonómica superior à de espécie (ou género: v. *supra*), pois aquele faz extensiva a sua «marcação especial» (maiusculização) às denominações vernáculos de grupos de alta categoria taxonómica, como se vê, por exemplo, em *Bedecksamige Pflanze(n)* (= *angiospérmica(s)*), em *Echte Hunde* (= tribo Canini, ou Caninos, dos Canídeos) e em *Geschwänzte Altweltaffen* (= superfamília Cercopithecoidea, ou Cercopitecoides, dos Catarrinos).

2.1. *O uso de minúscula inicial nos nomes próprios integrados nas denominações vernáculos portuguesas pluriverbais de grupo de organismos representa um alvitre anómalo, aberrante, disruptivo, no seio dos hábitos gráficos gerais do português atual.* Para já, se o uso de inicial maiúscula em palavras que habitualmente se escrevem com minúscula é ocasionalmente praticado e suscita um efeito de destaque ou reverência, o uso de minúscula inicial nos nomes próprios é prática completamente desusada na língua comum e não pode deixar de suscitar uma forte sensação de estranheza. Além disso, dado que, em português, as palavras unidas por hífen mantêm em geral a sua integridade no relativo ao emprego de maiúscula inicial nas diversas categorias de compostos⁽¹⁶⁾, o uso de minúscula inicial nos nomes próprios integrados em denominações vernáculos pluriverbais de grupo de organismos revela-se solução incoerente. Assim, por exemplo, escreve-se *el-Rei* (como título), e não **el-rei*; *Grã-Bretanha*, e não **Grã-bretanha*; *Pré-Helenos*, e não **Pré-helenos*; *Pré-História* (como denominação de disciplina), e não **Pré-história*; *Vice-Presidente* (como título, não como denominação genérica), e não **Vice-presidente*; *Vice-Rei* (como título, não como denominação genérica), e não **Vice-rei*.

2.2. *O uso de minúscula inicial nos nomes próprios integrados nas denominações vernáculos portuguesas pluriverbais de grupo de organismos não é hoje uma tradição consolidada.* Tal uso não é hoje (felizmente) uma convenção gráfica bem assente, consolidada, porque, desde as suas origens, e até agora, ela tem sofrido desconsideração efetiva por parte de bastantes autores. Nesse sentido, três casos especialmente significativos poderão ser os seguintes, que correspondem a textos zoológicos relevantes, redigidos ou revistos por especialistas em zoologia e editados em diferentes alturas em Portugal: **a)** Na importante enciclopédia divulgadora *A Fauna: Vida e Costumes dos Animais Selvagens*, editada em Portugal em 1971⁽¹⁷⁾, todas as denominações vernáculos pluriverbais de grupo zoológico surgem com hífen (ex.: *rinoceronte-branco*, *rinoceronte-indiano*), com a significativa exceção daquelas denominações vernáculos que incluem nome próprio, o qual surge com maiúscula inicial (ex.: *rinoceronte de Java*, *rinoceronte de Merck*, *rinoceronte de Samatra*)⁽¹⁸⁾; **b)** na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo — Século XXI*⁽¹⁹⁾, nos artigos do zoólogo Fernando Frade, com certa frequência surgem denominações vernáculos pluriverbais que incorporam nome próprio escrito com maiúscula inicial, como, por exemplo, s.v. “zebra”, *zebra de Grévy*, *zebra-de-Burchell*, *zebra-de-Chapman*, *zebra-de-Hartmann*, *zebra-de-Selous*; **c)** Pelo menos, em dois «guias de campo Fapas» surgem denominações vernáculos que incorporam nomes próprios escritos com maiúscula inicial. Assim, no guia *Mamíferos de Portugal e Europa (Guia Fapas)*, do ano 1999⁽²⁰⁾, eles surgem de forma ocasional, como, por exemplo, em *morcego-de-Bechstein* (*Myotis bechsteinii*, pág. 63), *morcego-de-Kuhl* (*Pipistrellus kuhlii*, pág. 67), *morcego-de-Nathalina* (*Myotis nathalinae*, pág. 63) e *morcego-de-Savi* (*Hypsugo savii*, pág. 67), e, já de forma constante, sistemática, no guia *Anfíbios e Répteis de Portugal (Guia Fapas)*, do ano 2001⁽²¹⁾: *lagartixa-da-Madeira* (*Lacerta dugesii*, pág. 196), *lagartixa-de-Bocage* (*Podarcis bocagei*, pág. 142), *lagartixa-de-Carbonell* (*Podarcis carbonelli*, pág. 144), *osga-das-Selvagens* (*Tarentola bischoffi*, pág. 195), *tartaruga-da-Flórida* (*Trachemys*

scripta, pág. 198), *tartaruga-de-Kemp* (*Lepidochelys kempii*, pág. 191), *víbora-de-Seoane* (*Vipera seoanei*, pág. 183).

Neste contexto, deve ter-se ainda em conta que, no máximo, poderia julgar-se que o AO90 exerce uma *laxa prescrição pragmática* (v. nota n.º 7) em favor da escrita com minúscula inicial dos nomes próprios integrados em denominações vernáculas de grupo de organismos, ao incorporar entre os exemplos aduzidos no citado parágrafo 3.º da Base XV *bênção-de-deus* e *fava-de-santo-inácio* (v. *supra*), e ao não incorporar entre os pontos da Base XIX do AO90, «Das minúsculas e maiúsculas», qualquer referência a esse uso particular das minúsculas. No entanto, caso queiramos aí reconhecer *prescrição pragmática*, ela fica muito enfraquecida, se não completamente abolida, pela circunstância, que antes declarámos, de o alvitre gráfico focalizado constituir um capítulo de *ortografia técnica*, em que o AO90 não é propriamente competente, como os seus redatores explicitamente reconhecem na seguinte observação, situada de forma oportuna no fim da Base XIX:

Obs.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, providas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras reconhecidas internacionalmente.

2.3. O uso de minúscula inicial nos nomes próprios integrados nas denominações vernáculas portuguesas pluriverbais de grupo de organismos acarreta considerável desvantagem funcional. Em primeiro lugar, deve ter-se em conta que o uso de minúscula inicial nos nomes próprios das denominações vernáculas portuguesas *não* é necessário, nem suficiente — é supérfluo —, para a identificação e delimitação dessas unidades lexicais, para tal bastando o emprego do hífen a unir as palavras componentes⁽²²⁾; em segundo lugar, e isto é o mais importante, num número relativamente elevado de casos, essa *minusculização* prejudica a *clareza* e favorece a *ambiguidade semântica* das denominações vernáculas portuguesas, como se pode apreciar nos seguintes exemplos:

- [1a] ***dik-dik-de-Kirk*** (antílope da espécie *Madoqua kirkii*; ingl. *Kirk's dik-dik*, al. *Kirk-Dikdik*), melhor do que *dik-dik-de-kirk*, em favor da clareza na identificação dos componentes da denominação, pois o elemento *Kirk* corresponde ao apelido de Sir John Kirk, naturalista escocês do séc. XIX.
- [1b] ***orelha-do-mar-de-De-Pourtalès*** (caracol-marinho [fam. Haliotídeos] da espécie *Haliotis pourtalesii*; ingl. *(de) Pourtalès' abalone*, al. *De Pourtalès' Meeresohr*), melhor do que *orelha-do-mar-de-de-pourtalès*, em favor da clareza na identificação dos componentes da denominação, pois o elemento *De-Pourtalès* corresponde ao apelido de Louis François de Pourtalès, naturalista suíço-estado-unidense do séc. XIX.
- [2a] ***chama-maré-de-Festa* ou *caranguejo-violinista-de-Festa*** (caranguejo [fam. Ocipodídeos] da espécie *Leptuca festae* [= *Uca festae*]; ingl. *Festa's fiddler crab*, al. *Festas Winkerkrabbe*), melhor do que *chama-maré-de-festa* ou *caranguejo-violinista-de-festa*, pois o componente *Festa* da denominação corresponde ao apelido do naturalista italiano Enrico Festa, e não à palavra comum *festa*.
- [2b] ***cigarrinha-de-esporão-de-Flor*** (cigarrinha [fam. Delfacídeos] da espécie *Florodelphax leptosoma*; ingl. *Flor's planthopper*, al. *Flors Spornzikade*), melhor do que *cigarrinha-de-esporão-de-flor*, pois o componente *Flor* da denominação corresponde ao apelido do entomólogo alemão Gustav Flor, e não à palavra comum *flor*.
- [3a] ***corvina-rainha-de-Camarões*** (peixe [fam. Cienídeos] da espécie *Pseudolithus moorii*; ingl. *Cameroon croaker*), melhor do que *corvina-rainha-de-camarões*, pois o componente *Camarões* da denominação corresponde ao país africano Camarões, e não à palavra comum *camarões*, que designa certos crustáceos decápodes.
- [3b] ***monstro-de-Gila*** (lagarto [fam. Helodermatídeos] da espécie *Heloderma suspectum*; ingl. *Gila monster*, al. *Gila-Krustenechse*), melhor do que *monstro-de-gila*, pois o componente *Gila* da denominação corresponde ao rio Gila (Arizona, EUA), e não à palavra comum *gila*, que designa certa cucurbitácea.

- [3c] **pombo-da-Madeira** (columbídeo da espécie *Columba trocaz*; ingl. *Madeira laurel pigeon*, al. *Madeirataube*), melhor do que *pombo-da-madeira*, pois o componente *Madeira* da denominação corresponde ao arquipélago português da Madeira, e não à palavra comum *madeira*, que designa um material.
- [4a] **ascídia-comestível-do-Chile** (tunicado [fam. Piurídeos] da espécie *Pyura chilensis*; ingl. *Chilean red sea squirt*), melhor do que *ascídia-comestível-do-chile*, pois o componente *Chile* da denominação corresponde ao país Chile, e não ao pimenteiro (pimenta) *chile*, o qual, aliás, sim é referido na denominação **trips-do-chile** (tisanóptero tripídeo da espécie *Scirtothrips dorsalis*; ingl. *chilli thrips*)!
- [4b] **barata-da-Madeira** (barata [fam. Blaberídeos] da espécie *Rhyparobia maderae* [= *Leucophaea maderae*], tb. chamada em português *barata-cascuda* e *barata-d'água*; ingl. *Madeira cockroach*, al. *Madeira-Schabe*), melhor do que *barata-da-madeira*, porque o componente *Madeira* da denominação corresponde ao arquipélago português da Madeira⁽²³⁾, e não à palavra comum *madeira*, e porque, de facto, também existem verdadeiras **baratas-da-madeira** (baratas do género *Cryptocercus* [fam. Criptocercídeos]; ingl. *wood(-eating) cockroach*, al. *Holzressende Schabe*), que são baratas que se alimentam de madeira e estão estreitamente aparentadas com as térmitas!

Em conclusão, levando em conta todas as razões aqui aduzidas, que se prendem com questões de coerência ortográfica, prescritividade, consolidação pragmática e funcionalidade, recomendamos vivamente aos cientistas, terminólogos, redatores e tradutores lusófonos que, nas denominações vernáculas portuguesas pluriverbais de grupo de seres vivos (em que as palavras componentes surgem unidas por hífen), *grafem de forma constante com maiúscula inicial, e nunca com minúscula, os nomes próprios nelas incorporados*⁽²⁴⁾. De facto, assim tem procedido o autor destas linhas em todos os seus trabalhos desde o ano 2018: num livro de divulgação científica por ele traduzido e editado na Galiza⁽²⁵⁾, em dois artigos sobre tradução e zoonímia, publicados na revista brasileira *Confluência*⁽²⁶⁾ e no presente boletim «a folha»⁽²⁷⁾, e na elaboração, ainda em andamento, da segunda edição do seu *Dicionário de Zoologia e Sistemática dos Invertebrados*⁽²⁸⁾, na qual, portanto, entre milhares de denominações vernáculas portuguesas, surgirão *ascídia-comestível-do-Chile* (junto com *trips-do-chile*), *barata-da-Madeira* (junto com *barata-da-madeira*), *borboleta-Atlas*, *chama-maré-de-Festa*, *cigarrinha-de-esporão-de-Flor*, *louva-a-Deus*, *orelha-do-mar-de-De-Pourtales...* e mesmo *cigarrinha-de-espuma-do-abeto-de-Douglas* e *cochonilha-da-erva-de-São-João*!

cgarrido@uvigo.gal

(1) Wikipédia, *cedro-do-líbano*, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cedro-do-líbano>.

(2) Sobre a classificação das denominações de grupos de organismos de cariz taxonómico, v. tabela 10 da pág. 213 de Garrido, C., *A Tradução do Ensino e Divulgação da Ciência*, Serviço de Publicações da Universidade de Vigo, 2016, ISBN 978-84-8158-713-5, ou a tabela 1 da pág. 68 de Garrido, C., «Elementos para um adequado tratamento lexicográfico da variação diatópica da designação de grupos de organismos». *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n.º 50, 1.º semestre de 2016, pág. 65-106, <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/84>.

(3) As denominações vernáculas de grupos de organismos podem remeter para uma unidade taxonómica (= *táxon*) formalmente reconhecida pela sistemática biológica ou taxonomia como grupo natural de descendência evolutiva (*correspondência taxonómica simples*: p. ex., *lontra* → [mustelídeo da subfamília] *Lutrinae*, *lontra-marinha* → [lutríneo da espécie] *Enhydra lutris*) ou para um conjunto heterogéneo, artificial, de tais unidades taxonómicas (*correspondência taxonómica compósita*: p. ex., *cobra-capelo* → [conjunto de espécies de serpentes da subfamília *Elapinae* da família *Elapidae* adscritas aos géneros] *Naja* + *Ophiophagus* + *Pseudohaje* + *Hemachatus* + *Aspidelaps*).

(4) Paulo Correia argumenta de forma convincente que o uso de hífen nas denominações vernáculas pluriverbais de espécies (grupos de organismos), para além de se efetivar no caso de animais e plantas, pode e deve fazer-se extensivo a fungos, protistas e bactérias: Correia, P., «Nomes de espécies de seres vivos», «a folha», n.º 35 — primavera de 2011, pág. 17-20, https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_pt.pdf.

(5) Antes do presente trabalho, o autor argumentou, de forma muito sintética, em favor do uso de maiúsculas iniciais nos nomes próprios integrados em denominações vernáculas portuguesas de grupos de organismos em duas ocasiões: na nota n.º 7 (pág. 94-95) de Garrido, C., «Análise de problemas e inadequações da zoonímia portuguesa utilizada na tradução de duas enciclopédias divulgadoras sobre fauna», *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Liceu Literário Português do Rio de Janeiro, n.º 63, julho-dezembro de 2022, pág. 77-126, <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/593>, e na nota n.º 25 (pág. 9-10) de Garrido, C., «Problemas zoonímicos e inadequações tradutivas da segunda temporada de *Animais Incríveis*, passada na RTP», «a folha», n.º 74 — primavera de 2024, pág. 1-10, https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha74_pt.pdf.

O autor agradece cordialmente a Paulo Correia, coeditor de «a folha», o convite e o estímulo para elaborar o presente trabalho.

(6) É sabido que a construção das línguas portuguesa e espanhola, em múltiplos aspetos, se tem verificado (propositada ou casualmente) em sentidos divergentes e antagónicos, e um desses casos é, de facto, o uso do hífen: quer-nos parecer que, entre as línguas europeias (ocidentais), na atualidade, o espanhol seja a que com menor frequência recorre ao hífen, enquanto que é o português aquela que o utiliza com maior frequência.

(7) O texto do AO90 pode consultar-se, por exemplo, em Portal da Língua Portuguesa, *Acordo Ortográfico*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>.

(8) De acordo com Garrido, C., «Fundamentos e características da vigente normatividade lexical», *Agália*, n.º 99/100, 2009, pág. 83-114, podemos diferenciar três categorias de prescritividade lexical e linguística: *enunciativa*, *propositiva* e *pragmática*. Denominamos *prescrição enunciativa* a regulação ou padronização exercida mediante o estabelecimento de princípios, normas ou regras de carácter geral ou genérico, de maior ou menor abrangência; a *prescrição propositiva* é a regulação exercida mediante a indicação ou declaração direta, concreta e explícita das unidades ou soluções que são consideradas normativas, sobretudo mediante a sua inclusão em dicionários, prontuários, gramáticas, etc., oficiais; finalmente, a *prescrição pragmática* — que sempre é mais difusa ou vaga, e menos direta ou explícita, do que a *enunciativa* e do que a *propositiva* — deriva do emprego na redação de um texto normativo ou da inclusão como exemplo num texto normativo de determinadas unidades ou soluções, que assim se tomam normativas, antes ou com independência de elas serem objeto de *prescrição enunciativa* ou *propositiva*.

(9) V. pág. 19 de Correia, P., *op. cit.*, 2011.

(10) V. pág. 24 de Correia, P., «Vírus e viroides: nomes científicos e nomes comuns», «a folha», n.º 61 — outono de 2019, pág. 23-33, https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha61_pt.pdf.

(11) Houston, R. (org.), *Grande Enciclopédia do Oceano: Uma Viagem à Descoberta do Último Paraíso da Terra*, Barbosa, M. J. (trad.), Dorling Kindersley/Civilização Editores, 2007, Porto, ISBN 9789895504862, trad. de Ocean, 2006.

(12) De facto, o exemplo *lesma-de-conchinha* que é aduzido na antedita cláusula do AO90 corresponde antes a um género (*Testacella*) ou a uma família (monotípica: *Testacellidae*) do que a uma espécie concreta, pois o género *Testacella* compreende nove espécies atuais (entre outras, as europeias *T. haliotideae*, *T. maugei* e *T. scutulum*)!

(13) Assim, p. ex., o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* escreve *lesma-do-mar* e *lesma-marinha* (s.v.); a *Grande Enciclopédia Animal* (Bumie, D. [org.]), Gomes, S. [trad.], Machado, F. [trad.], Dorling Kindersley/Civilização, Porto, 2002, ISBN 9789895503896, trad. de *Animal*, 2001), *lesma-marinha* (pág. 541), *lesma-terrestre* (pág. 541) e *peixe-chato* (pág. 519), e a *Grande Enciclopédia do Oceano* (Houston, R. [org.], *op. cit.*, 2007), *lesma-marinha* (pág. 279) e *peixe-chato* (pág. 341).

(14) Correia, P., *op. cit.*, 2011, pág. 18.

(15) Em inglês, embora as denominações vemáculas de grupos de organismos se escrevam, em geral, com letra(s) minúscula(s) inicial(ais), nas publicações do campo da ornitologia é bastante frequente que tais nomes apresentem as palavras constituintes iniciadas por maiúscula: *Black Stork*, *Eurasian Curlew*, *Hoopoe*...

(16) A *minúsculização* dos nomes próprios das denominações vemáculas de grupos de organismos terá surgido por imitação de soluções históricas do tipo *água-de-colónia*, *folha-de-flandres* ou *tinta-da-china*, mas estas, com a aplicação do AO90, têm vindo a ceder o lugar a, respetivamente, *água de Colónia* (tb. *água-de-colónia*), *folha de Flandres* e *tinta da China*, e, em qualquer caso, nessas formas com minúscula inicial o componente toponímico apresenta lexicalização, o que não ocorre no caso dos nomes próprios integrados em denominações vemáculas de grupos de organismos.

(17) Rodríguez de la Fuente, F. et al., *A Fauna: Vida e Costumes dos Animais Selvagens*, Anabela Monteiro Nunes, A. M. (trad.), Nunes, C. A. (trad.), Almaça, A. (rev. científica), Publicações Alfa, Lisboa, 1971, ISBN 8440112645, trad. de *Enciclopedia Salvat de la fauna*, 1970.

(18) O mesmo acontece na *Grande Enciclopédia Animal* (Bumie, D. [org.], *op. cit.*, 2001): v., entre outras, pág. 229-230.

(19) AA.VV., *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura — Edição Século XXI*, 1998-2003, Editorial Verbo, Lisboa, ISBN 9789722220927.

(20) Macdonald, D., Barrett, P., *Mamíferos de Portugal e Europa (Guia Fapas)*, Lares, M. (trad.), FAPAS/Câmara Municipal do Porto, Porto, 1999, ISBN 9789729595158, trad. de *Mammals of Britain and Europe (Collins Field Guide)*, 1993.

(21) Almeida, N. F. de et al., *Anfíbios e Répteis de Portugal (Guia FAPAS)*, 2001, FAPAS/Câmara Municipal do Porto, Porto, ISBN 9789729595165.

(22) Nesse sentido, a *minúsculização* das denominações vemáculas portuguesas contrasta nitidamente com a *maiusculização* das denominações vemáculas alemãs, pois, como vimos, nestas, o emprego de maiúscula inicial em todas as palavras livres da denominação serve, precisamente, para a identificação e delimitação do termo e constitui a única marcação especial para tal.

(23) Embora a espécie, de origem africana-ocidental, não seja endémica do arquipélago da Madeira e hoje esteja espalhada por todo o mundo.

(24) Embora represente um caso marginal, mais uma vantagem do emprego de maiúsculas nas denominações vemáculas de grupos de organismos é aquela que a seguir descrevemos. Como a elaboração em andamento da segunda edição do *Dicionário de Zoologia e Sistemática dos Invertebrados* me tem mostrado, para além de denominações científicas de grupos de organismos (ex.: *Colobus*), de denominações paracientíficas (ex.: «cólobo»), de denominações vemáculas (ex.: «esquilo-vermelho») e de denominações híbridas paracientífico-vemáculas (ex.: «cólobo-angolano»), também pode haver denominações híbridas vernáculo-científicas, como, p. ex., a inglesa «*Rubus leafhopper*» (= *Macropsis fuscula*) e a portuguesa correspondente a cigarrinha (fam. *Cicadellidae*) da espécie *Streptanus confinis*, que, na nossa proposta neológica, pode ser chamada «cigarrinha-da-gramínea-*Deschampsia-cespitosa*», uma vez que esta cigarrinha se alimenta especificamente dessa gramínea (cf. al. *Rasenschmielenzirpe*, em que *Rasenschmiele* = *Deschampsia cespitosa*), acontecendo que esta erva não dispõe em português de nome vernáculo ou paracientífico estabelecido. Nessas denominações híbridas vernáculo-científicas, como se vê, a possibilidade de se usarem maiúsculas contribui para reduzir a distorção do correspondente nome científico integrado. No entanto, dada a inconveniência, e a incoerência, de se integrar um nome científico no seio de um nome vernáculo (globalmente cunhado como neologismo), nestes casos, sempre se revelará conveniente cunhar e incorporar, na medida do possível, uma denominação vemácula ou paracientífica equivalente da científica em causa, como, no caso referido, «*deschampsia-cespitosa*» (portanto, melhor: «cigarrinha-da-(gramínea)-*deschampsia-cespitosa*). Um exemplo adicional é o

seguinte. A vespa-da-galha (fam. Cynipidae) da espécie *Diastrophus kincaidii* chama-se em inglês *thimbleberry gallmaker wasp*, porque este cinípideo origina cecídios especificamente na rosácea norte-americana *Rubus nutkanus* (= *R. parviflorus*), a qual recebe o nome inglês de *thimbleberry*. Como não existe em português nome vernáculo (ou paracientífico) para essa planta, cabe a possibilidade de habilitarmos, para o inseto, a denominação híbrida «vespa-da-galha-da-rosácea-*Rubus-nutkanus*» (o uso de maiúscula reduz a distorção do nome científico integrado), embora aqui seja mais coerente cunharmos uma denominação vernáculo em português também para a planta, como *framboes(eir)a-de-Nutka* (cf. al. *Nutka-Himbeere*) e integrá-la na denominação vernáculo do inseto: «vespa-da-galha-da-framboeseira-de-Nutka».

⁽²⁵⁾ Richarz, K., Kremer, B. P., *Recordes dos Seres Vivos: Anãos e Gigantes, das Bactérias aos Vertebrados*, Garrido, C. (trad.), Edições Laiovento, Santiago de Compostela, 2018, ISBN 978-84-8487-424-9, trad. de *Organismische Rekorde: Zwerge und Riesen — von den Bakterien bis zu den Wirbeltieren*, 2017.

⁽²⁶⁾ Garrido, C., *op. cit.*, 2022.

⁽²⁷⁾ Garrido, C., *op. cit.*, 2024.

⁽²⁸⁾ A publicação da primeira edição deste dicionário é do ano 2019, mas a sua compilação, anterior a 2018: Garrido, C., *Dicionário de Zoologia e Sistemática dos Invertebrados: Português, Espanhol, Inglês, Alemão*, Ed. Universidade de São Paulo, 2019, ISBN 978-85-314-1694-1.



Em torno do Bugio — da Argélia à Galiza

Paulo Correia

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Um século depois, por decisão do Marquês de Pombal, o Forte de São Lourenço, equipado com seis canhões, foi transformado em farol para ajudar os navios a passar a bravia e traiçoeira barra do rio Tejo. A fortificação de soldados, tenentes e sargentos, ficou casa de faroleiros, mas só em 1911, ano em que perdeu o estatuto militar e dali foram retiradas todas as peças de artilharia, o forte é rebatizado como Farol do Bugio.⁽¹⁾

Em Lisboa, é bem conhecida a silhueta da **torre do Bugio**, farol situado à entrada do gargalo do Tejo. Agora que já não tem funções militares (antigo forte de São Lourenço da Cabeça Seca), o farol do Bugio mantém uma importante função na orientação dos navios de maior calado que entram no porto de Lisboa. A meia distância entre os faróis de São Julião da Barra e do Bugio passa o enfiamento de três marcas (Gibalta, Esteiro, Mama Sul) que assinala o eixo da barra Grande ou canal do Sul, entre o cachopo do Norte e o cachopo do Sul ou Alpeidão. A construção das fundações da torre do Bugio, na barra do Tejo, requereu a estabilização prévia das formações arenosas com a cravação de estacas e subsequente colocação de enrocamento. Esse embasamento foi realizado durante o período filipino. Em finais do século XVII, a torre do Bugio ganhava o seu perfil distintivo de castiçal com vela, com a conclusão da construção, no interior do forte, de uma torre em pedra com funções de farol, vigia e cisterna, entretanto destruída e reconstruída após o terremoto (e maremoto). O atual farol entrou em funcionamento em 1775.

Terá sido no século XVII que surgiu a designação popular Bugio, aparentemente já consolidada no século XIX, fazendo esquecer os antigos topónimos de Cabeça Seca e de São Lourenço⁽²⁾. Qual será a origem do topónimo Bugio? As pistas são várias. Mas antes convém ter em conta que o topónimo surge noutros locais da geografia portuguesa e que nada garante que várias designações não tenham convergido numa única. Vejam-se alguns exemplos.

Assim, em Viana do Castelo, o antigo **farolim do Bugio**, construído no século XVI, situava-se na laje da barra do rio Lima, estando agora no interior do porto de Viana do Castelo. O seu característico pedestal foi reconstruído quando se deslocou o farolim para a sua atual localização.

Quem estiver no Funchal verá a sudeste, no horizonte, o arquipélago das Desertas. A mais meridional dessas ilhas é a **ilha do Bugio**. Já na ilha das Flores há um pequeno **ilhéu do Bugio**, a sul de Santa Cruz das Flores, e um **outeiro do Bugio**, no interior da ilha.

Mas também no interior das terras, no território continental, se podem encontrar Bugios, como por exemplo o **lugar de Bugios**⁽³⁾, na freguesia de Santo André das Tojeiras, concelho de Castelo Branco, ou o **monte do Bugio**, no concelho de Alcácer do Sal. Há ainda uma **lapa do Bugio**, perto da povoação de Azoia, no concelho de Sesimbra.

Há um **rio Bugio**, na bacia do Ave, onde funciona uma mini-hídrica. E ainda um **beco do Bugio**, em Lisboa, junto do antigo teatro romano.



Torre do Bugio — foto de Paulo Correia, 6.7.2024



Farolim do Bugio, Viana do Castelo — foto de Susana Gonçalves, 12.9.2024



Ilha do Bugio, Desertas, Madeira — foto de Paulo Paixão, 28.8.2024

A pista zoológica

São por estes campos inumeráveis as povoações, os animais sem conto, o vacuum, que é o mais, quase todo branco, os canaviais de açúcar muitos. Fomos fazer manzel⁽⁴⁾ a Ambruá aonde se vê o quintal de **bugios** afamado. Um mouro pera que ficasse ali sua memória, nele criou dois pequenos, e quando morreu, [se] sepultou nele deixando com que se sustentassem os **bugios**, que já então eram muitos, e agora mais de cento que ali se criaram, vivem e vos vêm à mão comer o que lhe dais com muita festa e familiaridade, com que não pouco recreiam os passageiros e renovam a lembrança de quem os criou naquele lugar.

Os Portugueses no Tibete, P.º Francisco de Azevedo, séc. XVII⁽⁵⁾

Nem se contentavam esses senhores de agasalhar o padre, mas também lhe davam **bugios**, papagaios e outros bichos e aves que tinham em estima, e lhe mandavam depois à casa muitas e várias conservas, com cartas de muito amor, e quando vinham à cidade o visitavam amiúde, dando os devidos agradecimentos pela consolação e visita que o padre lhes fizera.

Tratados da Terra e Gente do Brasil, P.º Fernão Cardim, séc. XVII⁽⁶⁾

Há **bugios** de diversas feições e cores. Há daris⁽⁷⁾ que têm estatura e feição de pessoa; as fêmeas têm peitos de donzelas, as velhas os têm caídos como duma mulher velha, andam com dous pés e como querem; se se tomam pequenos se amansam; servem em ir por água à fonte, e por lenha e moer nos pilões o mantimento como pessoa [...]. João Palha me disse que trazia um dari pera esta ilha quando foi roubado a par da ilha do Maio e os inimigos o levaram, o qual não se deitava, se lhe não davam alguma esteira ou cousa em que se deitar pera dormir; os bravos dizem que quebram ramos e nas árvores nos esgalhos as atravessam, e com muitas folhas fazem cama em que se deitam.

Descrição de Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde, André Donelha, séc. XVII⁽⁸⁾

No sentido de macaco, o termo **bugia/bugio** já existiria na língua portuguesa pelo menos desde o século XIV, como se pode verificar nos exemplos disponibilizados no *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval*⁽⁹⁾ da Fundação Casa de Rui Barbosa. O termo derivará do topónimo **Bugia**, cidade portuária no litoral cabila da Argélia, que ficou conhecida por ser o lugar de origem dos macacos já conhecidos dos portugueses antes das viagens de descoberta nas Américas, África subsariana e Ásia.

Os macacos de Bugia, do género *Macaca sylvanus*, são hoje conhecidos como macacos-berberes ou cinopitecos-berberes. Há populações nas serras de Bugia e no rochedo de Gibraltar (onde foi introduzido). O termo bugio terá entrado como feminino, passando a masculino. O termo macaco, com provável origem no quicongo *makaku*, datará apenas da segunda metade do século XVI, tendo ainda demorado largas décadas a substituir o uso de bugio. Como se viu, na literatura deixada pelos jesuítas e viajantes portugueses dos séculos XVI e XVII, bugio era ainda o termo geral utilizado. De onde se poderá depreender que a expressão «vai bugiar» precederá a sua sinónima «vai pentear macacos».

A associação a macaco poderá explicar o topónimo **ilha do Bugio**, nas Desertas, inicialmente conhecida como ilha **Cu de Bugio**.

Pegada com esta [Deserta Grande], até o terço de meia légua, jaz outra ilha, mais pequena, e estreita para a banda do mar, de uma légua ou pouco mais de comprido, a qual também tem gado miúdo e fina urzela, de que se tira proveito: chama-se **Cu de Bugio**, pela aparência que disso tem; quem olhar da ilha Deserta mais parece calos deste animal, que ilha; e este nome lhe foi posto pelos antigos, sem mais outra razão alguma: nela se criam nas rochas muitas cabras bravas, que a tempos vão tomar com cães.

As Saudades da Terra, livro II, Gaspar Frutuoso, séc. XVI⁽¹⁰⁾

Curiosamente, o termo bugio, que se referia a uma espécie de macaco do género *Macaca* do Velho Mundo e foi utilizado inicialmente para designar qualquer tipo de símio, parece, fazendo fé nos dicionários gratuitos em linha, cada vez mais reservado apenas a macacos do género *Alouatta* do Neotrópico.

Infopédia, Porto Editora (PE): 1. ZOOLOGIA designação comum, extensiva aos macacos do género *Alouatta*, da família dos Cebídeos, nativos das florestas americanas, que se alimentam de folhas e frutos e se destacam pela pelagem densa, sobretudo na zona do maxilar inferior, cauda preênsil, e pelas

vocalizações características, de timbre grave; barbado, guariba; 2. Brasil ZOOLOGIA designação comum, extensiva a qualquer espécie de primata; macaco, símio⁽¹¹⁾

Dicionário Priberam (DP): 1. [Zoologia] Designação comum às espécies de primatas. = MACACO, SÍMIO⁽¹²⁾

Dicionário Estraviz (DE): (1) Zool. Nome de vários macacos da América, que se fazem notar pelos gritos graves e altos, que se podem ouvir a 5 km de distância (*Alouatta fusca* e *Alouatta caraya*). ≈ guariba; (2) Corpulento macaco americano, com o queixo barbado, também conhecido no Brasil por barbado, guariba, etc.⁽¹³⁾

Dicionário da Língua Portuguesa (DLP), Academia das Ciências de Lisboa: 1. zoologia macaco corpulento, de cor escura e maxilar inferior com barba, que emite um grito peculiar⁽¹⁴⁾

Aulete Digital (AD): símio do género *Alouatta*, também denominado barbado, carajá e guariba. Espécie principal: *Alouatta caraya*, de pelo longo e preto (o macho) ou pardacento (a fêmea). || (Fig.) O que imita e arremeda ações de outrem.⁽¹⁵⁾

Michaelis (DM): 1 ZOOL Denominação comum aos macacos do género *Alouatta*, da família dos cebídeos, comuns nas florestas da América Latina, de cor escura, pelagem densa e barba espessa no maxilar inferior. São animais arbóreos que se alimentam de folhas e frutos; aquiui, barbado, guariba. 2 ZOOL Macaco (*Alouatta fusca*) encontrado nas florestas do Sudeste do Brasil e do nordeste da Argentina, de pelagem marrom ligeiramente avermelhada; bugio-ruivo, guariba, ruivo. 3 ZOOL Macaco (*Alouatta caraya*) das florestas da região central da América do Sul, de pelagem preta ou marrom-escura; bugio-preto, carajá, guariba. 4 ZOOL Macaco (*Alouatta seniculus*) da região amazônica, de pelagem vermelho-escura, com as costas alaranjadas; arauatu, bugio-labareda.⁽¹⁶⁾

Como curiosidade, a freira-do-bugio⁽¹⁷⁾ (*Pterodroma deserta*) é uma ave procelariiforme da família dos procelariídeos, endémica da ilha do Bugio, nas Desertas.

Ainda a pista argelina

É o perfil de distintivo de vela (farol do Bugio) ou de castiçal com vela (torre do Bugio) que remete novamente para a cidade argelina de Bugia, exportadora de cera e possivelmente também de velas, e que deu origem ao nome comum «bugia», como registado nos dicionários.

PE: pequena vela de cera

DP: 2. Castiçal pequeno. 3. Vela para esse castiçal.

DE: (1) Pequena vela de cera.

DLP: —

AD: (desus.) vela de cera.

DM: 3 Vela fina de cera. 4 Castiçal pequeno.

Cf. *bougie*, em francês, ou *bujía*, em castelhano.

Bugia, passado a Bugio, poderia estar na origem do nome da torre do Bugio, no Tejo, ou do farolim do Bugio, no Lima. Em ambos os casos, são locais emissores de luz.

Como curiosidade, a cidade de Bugia ficou associada ao exílio do presidente Manuel Teixeira Gomes.

Manuel Teixeira Gomes GCSE (Vila Nova de Portimão, 27 de maio de 1860 — **Bugia**, Argélia francesa, 18 de outubro de 1941) foi o sétimo presidente da Primeira República Portuguesa de 5 de outubro de 1923 a 11 de dezembro de 1925.⁽¹⁸⁾

A pista mecânica

As estacas verticais, inseridas no subsolo através de bate-estacas, também conhecido por **macaco ou bugio**, eram dispostas em quatro alinhamentos paralelos. Nos casos observados na escavação arqueológica assinalaram-se vários desvios nas medidas-padrão, podendo-se, no entanto, estimar que a distância média entre as diversas estacas se baliza entre vinte a trinta centímetros.⁽¹⁹⁾

Ora, os dicionários registam ainda bugio como sinónimo de bate-estacas.

PE: —

DP: [Antigo] Aparelho que eleva a certa altura um peso para o deixar cair sobre a estaca que se pretende cravar no solo. = BATE-ESTACAS

DE: —

DLP: maquinismo com manivela utilizado para levantar pesos grandes

AD: (Tecnol.) Nome dado pelos operários ao antigo bate-estacas, cujo batente era elevado. [E mais geralmente conhecido por macaco.]

DM: ENG Aparelho para levantar grandes pesos, especialmente veículos automotores, acionado por manivela ou mecanismo hidráulico; macaco, carlequim.

Os bate-estacas/bugios foram largamente utilizados entre finais do século XVI e primeira metade do século XVII nas fundações da torre do Bugio e posteriormente nas fundações dos edifícios pombalinos pós-terramoto. Esta é uma explicação remotamente possível para a torre do Bugio, mas que não se aplica a nenhum dos outros Bugios.

A pista estremenha

Los chozos eran viviendas pastoriles que reciben distintos nombres según nos situemos geográficamente en Extremadura. “Zajurdones o zajurdonis” en la Sierra de Gata, “Chafurdóns” o “Choçus” según a fala del Val de Xálima (Valverde del Fresno, Eljas y San Martín de Trevejo). “Chozas o Chozos” en el Torno (Valle del Jerte), Montehermoso, Fuente del Maestre. “Chozones” en Usagre. “Murus” en Ahigal y Palomero. “**Bujíos**” en la parte central de la provincia de Cáceres (Cáceres, Trujillo, Alcántara). “Bóvedas” en el Valle del Ambroz; “Bujardas”, en Tentudía y Llerena y otras comarcas de la Baja Extremadura, y de muchas otras formas según otras zonas de la región, o de la península ibérica.⁽²⁰⁾

Na Estremadura espanhola, o termo *bujío/bohío/buhío*, com origem no taino⁽²¹⁾, língua da família aruaque, antigamente falada nas Antilhas, é usado para designar choças circulares com cobertura em cúpula.

bohío

De or. taíno.

1. m. Cabaña de América, hecha de madera y ramas, cañas o pajas y sin más respiradero que la puerta.

Sin: cabaña, choza, barraca, chabola, tugurio, buhío, pahuichi.⁽²²⁾

Dada a proximidade geográfica, o topónimo Bugios, no concelho de Castelo Branco, poderá ter alguma relação com o termo estremenho e ser decorrente da (pré-)existência no local de choços ou choças.

A pista galega

No magnífico livro *O Forte e Farol do Bugio*, Joaquim Boiça refere também a pista galega. Bugio teria o sentido de «vigia, local privilegiado para perscrutar o horizonte». No entanto, os dicionários galegos consultados⁽²³⁾ não apresentam esse sentido para bugio/*buxío*, mas sim o sentido de «esconderijo», por possível influência do *bujío* castelhano, ou ainda de «modo ou maneira de remediar alguma necessidade ou de procurar algum meio para poder viver».

Dicionário Estraviz (DE): (3) Modo ou maneira de remediar alguma necessidade ou de procurar algum meio para poder viver. (4) Choio. (5) Lugar próprio para se esconder.

Dicionario, Real Academia Galega (DRAG): —

Digalego: —

Dicionario de Dicionarios (DDD): Modo o manera de remediar alguna necesidad o de buscar otro medio para poder vivir. Bujío, escondrijo.

No entanto, o *Dicionario de dicionarios*, do Instituto da Língua Galega, apresenta vigia/*vixía* — pronuncia-se, atualmente, [bi'ʃiã]⁽²⁴⁾ — como escolho que sobressai um pouco da superfície do mar.

Uma possível passagem de bigia a bugia e daí a bugio não é de excluir. O mesmo fenómeno de aproximação a termos mais conhecidos terá ocorrido com a passagem de Ficaria a Figueira (em Figueira da Foz ou Figueira de Castelo Rodrigo) ou de Ulvaria a Ulveira e Oliveira (em Oliveira do Douro, Oliveira do Bairro ou Oliveira do Hospital)⁽²⁵⁾. Há tendência para a aproximação a um termo mais conhecido.

Explicar-se-ia, assim, o Bugio de Viana do Castelo ou o Bugio de Santa Cruz das Flores. Aliás, na ria de Pontevedra há uma Punta Vixía, que em Portugal poderia ser Bugia ou Bugio. Já no caso da torre do Bugio, esta hipótese é menos plausível, pois as formações rochosas mergulham para sul ou sudeste. No entanto, registe-se que a torre de Belém, na margem norte, essa sim, está fundada sobre um afloramento basáltico⁽²⁶⁾.

E se Bugio fosse apenas a evolução de baixo/baixío? Explicaria perfeitamente a torre do Bugio e o Bugio de Viana do Castelo, mas nenhum dos outros Bugios.

PE: 1. banco de areia coberto por água do mar ou de rio pouco funda; baixia; 2. rochedo sob a água, a pouca profundidade, que dificulta ou impede a navegação

DP: 1. Parte do mar largo em que a água tem pouco fundo. 2. Banco de areia. = PARCEL. 3. Rochedo escondido total ou parcialmente sob a água. = PARCEL

DE: (1) Banco de areia no mar ou na ria. (2) Rochedo no mar, perigoso para os barcos. ≈ arrecife, escolho
DLP: 1. elevação do fundo do mar ou de um rio; banco de areia; 2. saliência rochosa a pouca altura da superfície do mar, extremamente perigosa para a navegação

AD: 1. Banco de areia ou rochedo próximo à superfície da água.

DM: 1 Banco de areia ou rochedo oculto sob a água; baixia. 2 Lugar raso no mar, rio ou outra extensão de água.

DRAG: 1 Banco de area no mar, na ría, ou no río, que queda a pouca profundidade ao baixar a marea ou o caudal e que supón un risco para a navegación. SINÓNIMOS baixo, barra CONFRONTESE banco
2 Lugar pouco profundo no mar, formado principalmente por rochas que case rozan a superficie da auga.

Digalego: 1 m Elevación dunha superficie asolagada (fondo do mar, lago ou encoro), que representa un obstáculo para a navegación.

DDD: Banco de arena o rocas debaixo del mar.

Conclusões

Parece ficar demonstrado que os vários Bugios ocorrentes em Portugal terão origens várias, nem sempre claras, tendo confluído numa única forma.

correiapms@gmail.com

(1) Pinheiro, P. M., «RTP Ensina: Farol do Bugio, uma fortaleza na foz do Tejo», *Rádio e Televisão de Portugal (RTP)*, <https://ensina.rtp.pt/artigo/farol-do-bugio-uma-fortaleza-na-foz-do-tejo/>.

(2) São Lourenço era santo da devoção de Filipe I de Portugal. Veja-se São Lourenço do Escorial.

(3) Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, *Vocabulário Toponímico: bugios*, <https://voc.cplp.org/index.php?action=toponyms&match=exact&search=Bugios>.

(4) Paragem durante a jomada, lugar de repouso (do árabe *manzil*). Cf. Alves, A., *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2013, ISBN 978-972-27-2163-9.

(5) Didier, H. (compil.), Matos, P. L. (coord.), Júdice, M. de L. (trad.), *Os Portugueses no Tibete. Os Primeiros Relatos dos Jesuítas (1624-1635) — Carta de Francisco de Azevedo (1631)*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, ISBN 972-8325-82-7.

(6) Cardim, F., *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, J. Leite & Cia, Rio de Janeiro, 1925, <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/tratados-da-terra-e-da-gente-do-brasil.pdf>.

(7) Chimpanzé. Termo ainda utilizado na Guiné-Bissau, cf. Porto Editora, *Infopédia — Dicionário da Língua Portuguesa: dari*, <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/dari>.

O termo chimpanzé só entrou no português em finais do século XIX, via francês.

(8) Brásio, A. (compil.), *Monumenta Missionária Africana, Volume 5: África Ocidental (1600-1610) — Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1955, <http://hdl.handle.net/10451/34723>.

(9) Cunha, A. G. da, *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval*, Fundação Casa de Rui Barbosa, <http://medieval.rb.gov.br/index.php>.

(10) Frutuoso, G., *As Saudades da Terra; Capítulo LI*, Tip. Funchalense, Funchal, 1873, Internet Archive,

<https://archive.org/details/assaudadesdater00azevgooq/page/308/mode/2up?q=bugio>.

(11) Porto Editora, *Infopédia* — *Dicionário da Língua Portuguesa*: bugio,

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/bugio>.

(12) Priberam, *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*: bugio, <https://dicionario.priberam.org/bugio>.

(13) Estraviz, I. A. (dir.), Durão, C. (dir.), *Dicionário Estraviz*: bugio, <https://estraviz.org/bugio>.

(14) Academia das Ciências, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*: bugio,

<https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=bugio>.

(15) Lexikon, *Dicionário Aulete Digital*: bugio, <https://www.aulete.com.br/bugio>.

(16) Melhoramentos, *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*: bugio,

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/bugio/>.

(17) Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, *Freira-do-bugio*,

<https://ifcn.madeira.gov.pt/biodiversidade/projetos/freira-do-bugio.html>.

(18) Wikipédia, *Manuel Teixeira Gomes*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Teixeira_Gomes.

(19) Rocha, A., Reprezas, J., «(Re)fundações de Lisboa. Sobre um conjunto de estacaria pombalina», *rossio, estudos de Lisboa*, Gabinete de Estudos Olisiponenses, n.º 3, maio de 2014,

https://informacao.lisboa.pt/publicacoes/tematicas?tx_ameosfilemanager%5Baction%5D=download&tx_ameosfilemanager%5Bcontroller%5D=Explorer%5CFile&tx_ameosfilemanager%5Bfile%5D=69611&cHash=063b0b9f9bb4a14c42766d9d749adc28.

(20) Guerra, R. G., *Arquitectura Popular Extremeña. Construcciones Rurales en los llanos de Cáceres y Trujillo. El Bujío del Arrogatillo*, <https://ies.educarex.es/wp-content/uploads/sites/58/2021/02/bujioarrogatillo.pdf>.

(21) O taino deu-nos, via castelhano, várias palavras como batata, cacique, caimão, canoa, furacão, goiaba, iguana.

(22) Real Academia Española, *Diccionario de la lengua española*: bohío, <https://dle.rae.es/boh%C3%ADo#IqaMpxX>.

(23) Estraviz, I. A. (dir.), Durão, C. (dir.), *Dicionário Estraviz*, <https://estraviz.org/bugio>.

González González, M. (dir.), *Dicionario da Real Academia Galega* (DRAG), <https://academia.gal/diccionario>.

Xunta de Galicia, *Digalego*, <https://digalego.xunta.gal/gl/>.

Instituto da Língua Galega, *Dicionario de dicionarios*: buxío,

https://ilg.usc.gal/ddd/ddd_pesqueda.php?lang=gl&pescuda=buxio.

(24) Instituto da Língua Galega, *Dicionario de pronuncia da lingua galega*: vixía, <https://ilg.usc.es/pronuncia/?pq=&q=vixia>.

(25) «Pois é, a onomástica e a toponímia estão cheias de «falsos amigos». Um bom exemplo disso são os fitónimos (localidades com nomes de árvores ou outras plantas), em especial quando no singular. Por exemplo, as localidades designadas por «Figueira» e «Pinheiro» não têm, em geral, grande coisa a ver com as espécies dos géneros *Ficus* e *Pinus*. A primeira vem do latim «Ficaria» (local onde as pessoas se estabelecem, ou ficam); no segundo caso, trata-se de uma confusão com a forma primitiva «Pineiro», localidade situada num ponto alto (ou seja, «empinada» — aliás, em Castela, há localidades chamadas «El Pino» e «Pinar», situadas em pontos elevados).

As «Oliveiras», por exemplo, também pouco ou nada têm a ver com a árvore que dá azeitonas, sendo uma hipercorreção pseudoerudita de «Ulveira» (do latim *Ulvaria*, zona pantanosa, turfeira, chameca). Assim, «Oliveira do Hospital» não é mais do que uma localidade situada numa chameca que pertencia à Ordem dos Hospitalários, e «Oliveira do Douro» um povoado localizado numa chameca perto do dito rio. E, por falar em água, os «Pessegueiros» são mais «Pesqueiros» (zonas com bom peixe) do que outra coisa. É o caso da ilha do Pessegueiro.»

Miranda, J., «Onde se trata de lavradores, figueiras, pinheiros e outras curiosidades pseudoagrícolas», «a folha», n.º 61 — outono de 2019, https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha61_pt.pdf.

(26) Edificada, entre 1514 e 1519, sobre um afloramento basáltico, a alguma distância da margem norte do rio, conjuga dois modelos arquitetónicos distintos: a torre alta, ao modo de torre de menagem, de feição medieval, e o baluarte, um dispositivo militar moderno.

Palácio Nacional da Ajuda, *Museus e Monumentos de Portugal: Torre de Belém*,

<https://www.museusemonumentos.pt/pt/museus-e-monumentos/torre-de-belem>.



Cortar a coleta

Luís Filipe PL Sabino

Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões Europeu

[artigo publicado inicialmente no *Diário do Sul*⁽¹⁾, Évora, em junho de 2024]

A um amigo perguntei quando ia cortar a coleta. Percebeu a minha interrogação. É para breve, disse. O que tem que se lhe diga. Aquela expressão retirada da tauromaquia significa, como se sabe, cessar

funções, terminar a carreira, abandonar a arena, como fizeram os ordóñez, os cordobeses, os dominguins, os belmontes... Alguns não tiveram oportunidade para tal, como Manolete, morto prematuramente pelo miúra *Islero*, o quinto da tarde, na *plaza de toros* de Linares, em Agosto de 1947.

«coleta — pequena trança postiça de cabelo, que é usada na parte posterior da cabeça, pelos toureiros, no toureio a pé, nas corridas à espanhola»⁽²⁾

Mas há coleta e colecta. A col(ê)ta é a nossa, a das tauromaquias retromencionada. Mas a questão complica-se.

Temos a «colecta» com o *c* na área fiscal, área onde aliás também se vêem as duas grafias *colecta* e *coleta*⁽³⁾, para o que se pode consultar, v.g., o Código do IRS⁽⁴⁾ ou a Lei Geral Tributária⁽⁵⁾, onde ali também se lê *colectável* e *coletável*. O Glossário das Finanças Públicas do Conselho das Finanças Públicas⁽⁶⁾ regista apenas «coleta», portanto sem *c* e, creio, lendo-se como é acentuado. Há para todos os gostos, daí não havendo mal para o mundo. Mas nada de equívocos: por vezes levanta-se cada confusão que alto lá com ela! Mas não se amofinem!

Eu cortei a coleta há uns anos. Dei-me bem. Isto porque a aposentação/reforma pode ser um salto no abismo, no desconhecido para quem, durante a vida activa, não se «preparou» para tal acto. Mas, se me perguntam como nos devemos preparar para o efeito, respondo como se me perguntassem como se ensina um elefante a escrever à máquina: não sei.

Há quem se aposente/reforme e «regresse» a casa como se entrasse num espaço desconhecido: durante largos meses a relação com a família (e/ou cônjuge) não foi alimentada, e tudo recomeçar é problemático. Por vezes, é como reocupar um espaço que esteve temporariamente desocupado. Amiúde os escolhos que se tinham no escritório/na fábrica etc. não são nada comparativamente com o que se vai viver daí em diante, com todos a envelhecerem e o tempo a fugir e tudo o inerente. A desocupação, o quotidiano diferente (designadamente se se muda de país, regressando à terra natal) tudo concorre para a subestima própria e assim por diante. Olhem: durante a vida «activa» não «façam» apenas o trabalho profissional: se puderem, findo o dia de trabalho, esqueçam o escritório/a fábrica, descubram espaços exteriores, não «abandonem» a família (quem a tiver) pois ali temos uma reserva capital. Não se queixem do mundo; deixem isso para os outros. Mantenham-se dinâmicos e vivos, mas sem procurar preencher o dia todo com correrias loucas de um lado para outro. Não peguem a vida de cernelha, mas de frente. E deixo aqui de parte o tema delicado do património financeiro (vulgo: dinheiro) que muita falta faz sempre a cada um antes e após corte da coleta... e sem o qual... É certo que tudo isto é mais fácil de dizer do que fazer... mas fiquemos por aqui.

luis.f.sabino@gmail.com

⁽¹⁾ *Diário do Sul*, <https://diariodosul.pt/>.

⁽²⁾ Academia das Ciências, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2 vol., Verbo, Lisboa, 2001, ISBN 9789722220460.

⁽³⁾ Grafias correspondentes aos acordos ortográficos de 1945 e 1990, respectivamente.

⁽⁴⁾ Código do IRS — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares — CIRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30.11, republicado na Lei n.º 82-E/2014, com última actualização na Lei n.º 36/2024, de 7.8, <https://data.dre.pt/eli/lei/82-e/2014/p/cons/20240807/pt/html>.

⁽⁵⁾ Lei Geral Tributária aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17.12, com última actualização na Lei n.º 82/2023, de 29/12, <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/398/1998/p/cons/20231229/pt/html>.

⁽⁶⁾ Conselho das Finanças Públicas, *Glossário das Finanças Públicas*, <https://www.cfp.pt/pt/glossario>.



A pronúncia de Mortágua

Jorge Madeira Mendes
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

É vila portuguesa da Beira Interior e sede do homónimo município (concelho) com cerca de dez mil habitantes.

Mas é também apelido da coordenadora de um partido político. E esta última circunstância constitui provavelmente a razão pela qual o nome «Mortágua» surge com relativa frequência na comunicação social portuguesa.

Assim nasceu uma disputa: uns pronunciam /Murtágua/, outros /Mòrtágua/.

Devo dizer que pronuncio /Mòrtágua/. Ou seja, abro a vogal «o», apesar de ela não ser tónica (a tónica é o primeiro «a»).

Porém, não percebo a celeuma em torno a isto. É certo que, no português europeu, as vogais átonas tendem a fechar-se (o que, no caso do «o», significa pronunciá-lo como «u», de onde /Murtágua/), mas não menos certo é que esta tendência é mesmo uma mera tendência, não uma prescrição absoluta.

Pronunciamos /esquècêr/, com tónica no último «e» mas abertura do penúltimo, apesar de átono (o que, de acordo com a tendência, o faria fechar-se, como em «de» ou «lhe», que se pronunciam /d' / e /lh' /).

Idem com «arrefecer», «padaria» e outras palavras que contrariam a dita tendência. Não pronunciamos /esq' cêr/, nem /arref' cêr/, nem /pãdãria/, mas sim /'squècêr/, /arr' fêcêr/ e /pãdãria/.

Quando andava no liceu, com ou sem «coragem», pronunciava /còrágem/ e só passei a dizer /curágem/ porque a malta gozava comigo. Em contrapartida, a palavra «economia» pronunciava-a /icunumía/, até perceber que, normalmente, se pronuncia /icònumia/. Depois, talvez por analogia, à «ecologia» chamava-lhe /icòlugía/, até perceber que, normalmente, se pronuncia /èculugía/.

Há quem diga /màgnífico/, abrindo o primeiro «a», que, de acordo com essa tendência, deveria fechar-se para /ã/ (como em «mas» e «das»), visto que a tónica é o primeiro «i», mas eu sempre disse /măgnífico/.

E o futuro arquiteto Graça Dias estranhava que Maria Cavaco Silva, nossa professora de Francês em 1964, dissesse /côlchão/, pois ele dizia /culchão/.

Conforme a região, há os que dizem /Xelorico/, /Bila Noba de Gaia/, /Trancojo/, /Quartêra/ ou /Machãco/, mas outros que dão os nomes estabelecidos pelo português-padrão a Celorico, Vila Nova de Gaia, Trancoso, Quarteira e Machico.

Em matéria de pronúncias, sejamos liberais. Não estão em causa questões de lógica e sentido.

jorge.mendes909@gmail.com



Um aparte à parte (XV)

Jorge Madeira Mendes
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Não diga «o Iniciativa Liberal». Diga «a Iniciativa Liberal».

Explicação:

Dizemos «a CDU», e não «o CDU», porquanto se trata das iniciais de uma formação partidária chamada *Coligação Democrática Unitária*. Que sentido faria dizermos «o CDU», se «coligação» é um substantivo feminino singular?

Dizemos «a AD», e não «o AD», porquanto se trata das iniciais de uma formação partidária chamada *Aliança Democrática*. Que sentido faria dizermos «o AD», se «aliança» é substantivo feminino singular?

Em contrapartida, dizemos «o BE», porquanto se trata das iniciais do partido chamado *Bloco de Esquerda*, e «bloco» é substantivo masculino singular.

Para atenuar suspeitas de propaganda política hodierna, lembrarei também que dizíamos «o MDP», porquanto se tratava das iniciais do partido chamado *Movimento Democrático Português*, e «movimento» é substantivo masculino singular.

Mas dizíamos «a CDE», e não «o CDE», porquanto se tratava das iniciais da formação partidária chamada *Comissão Democrática Eleitoral*. Que sentido faria dizermos «o CDE», se «comissão» é substantivo feminino singular?

Também dizemos «os CTT», porquanto se trata das iniciais da empresa *Correios, Telégrafos e Telefones*, e «correios» é substantivo masculino plural.

Bem sei que dizemos «a TAP», apesar de, originalmente, se tratar das iniciais da empresa *Transportes Aéreos Portugueses* e «transportes» ser um substantivo masculino plural. Tempo houve em que se dizia «os TAP», mas o facto de a empresa ter passado a ser mais conhecida pelo sobrenome *Air Portugal* poderá explicar a consagração da designação «a TAP». Uma outra aparente incongruência seria dizermos «a CP», e não «os CP», apesar de se tratar das iniciais da empresa *Comboios de Portugal* e «comboios» ser um substantivo masculino plural: a explicação é que esta empresa começou por se chamar *Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses* (posteriormente, com a implantação da república, *Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses*) — ora, «companhia» é substantivo feminino singular. Porém, admitindo que haja algumas «incongruências», pode argumentar-se que estas estão consagradas, quanto mais não seja pelo uso; e, de qualquer modo, convém que eventuais incongruências fiquem confinadas a um ou outro caso excecional.

Há, por certo, formações partidárias cujo nome não permite outro artigo definido que não seja o masculino singular. Exemplos: «o Livre» ou «o PAN». No primeiro caso, intui-se tratar-se de um adjetivo de género uniforme, pelo que o artigo definido surge instintivamente como associado à palavra «partido». No segundo, a sua designação é a sigla de «Pessoas–Animais–Natureza», pelo que, uma vez mais, o artigo definido se associa instintivamente à palavra «partido»; no mínimo, acharíamos estranho dizer «as PAN», pois na sigla há três substantivos, distintos em género e/ou em número.

Porém, voltando ao princípio, que sentido faz dizermos «o Iniciativa Liberal», se «iniciativa» é substantivo feminino singular?

jorge.mendes909@gmail.com

Desinformação — da terapêutica à desmistificação prévia

Paulo Correia

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Desinformação é conteúdo falso ou enganador, disseminado com a intenção de enganar ou de obter um benefício económico ou político e que poderá causar danos públicos.⁽¹⁾

O fenómeno da **desinformação** — que é de sempre — sofreu uma aceleração, com a Internet e as redes sociais a serem amplamente utilizadas em campanhas de (des)informação durante crises sociais, crises sanitárias, processos eleitorais ou conflitos militares. Um exemplo recente são os tumultos de fins de julho e início de agosto de 2024 em várias cidades do Reino Unido, originados por notícias falsas difundidas nas redes, com aparentes motivações políticas:

Police said online **disinformation** helped to spark a riot after three children were killed in Southport⁽²⁾

A utilização de terminologia inglesa como *fake news*, *fact checking*, *debunking*, *prebunking* para nomear conceitos que de novos pouco têm e o resultante abandono de terminologia portuguesa e da sua rica sinonímia parecem procurar fazer passar por novidade e dar um ar de maior tecnicidade a velhos problemas — ares dos tempos. Neste artigo procurar-se-á passar em revista alguma da terminologia portuguesa referente a estes e outros conceitos associados à desinformação e ao combate à desinformação, no contexto da União Europeia e tendo como pano de fundo os **conflitos sociais e militares** em curso.

Numa época de maior **agitação social** e de **guerras híbridas**, há que cuidar a defesa contra a **desinformação** veiculada pela Internet. Diferentemente dos meios clássicos de comunicação social, que podem ser facilmente retirados do ar⁽³⁾, as **redes sociais**, em sociedades livres e democráticas, são terreno fértil para a disseminação, intencional ou não, de **desinformação**, na forma de **notícias falsas** (*fake news*)⁽⁴⁾ ou mistificações — sejam elas boatos⁽⁵⁾, mentiras, pós-verdades, verdades alternativas, informações falsas, enganos, burlas, narrativas ou contranarrativas, discurso de ódio, propaganda, etc. — com o potencial de influenciar, segundo os fins do autor, as conclusões, escolhas ou ações do destinatário.

Alguna dessa desinformação é da responsabilidade de **troles**⁽⁶⁾ — indivíduos que colocam mensagens ou comentários provocadores, mal-intencionados ou violentos em páginas de discussão pública na Internet, com intuito desestabilizador —, de verdadeiras **fábricas de troles** ou mesmo de **botes** (robôs digitais). A informação falsa ou enganosa pode ser posteriormente redisseminada pelos utilizadores comuns das redes sociais sem intenção deliberada de prejudicar. A informação incorreta propaga e amplifica a desinformação.

Mesmo sem ser em guerra ou outras crises, as redes sociais são palco privilegiado de boatos de todo o género com motivações várias. Exemplos de 18 e 19 de junho de 2024, respetivamente:

- Murió Noam Chomsky, fundamental pensador del siglo XX
- Noam Chomsky's Wife Denies the Writer's Death

Enquadramento jurídico e tecnológico do combate à desinformação na Internet

O combate à desinformação, e em particular à desinformação em linha, faz parte do debate político na União Europeia de há uns anos a esta parte. Vide, por exemplo, a comunicação da Comissão *Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia*⁽⁷⁾, de 2018, ou a comunicação da Comissão sobre o plano de ação para a democracia europeia⁽⁸⁾, de 2020. O enquadramento jurídico tem sido preparado, nomeadamente com o **Regulamento dos Serviços Digitais**⁽⁹⁾ (RSD), de 2022, que resultou num **Código de Conduta sobre Desinformação** reforçado⁽¹⁰⁾, também de 2022 (não está disponível versão oficial do texto em português).

No Regulamento dos Serviços Digitais definem-se os conceitos de «sistema de recomendação» ou «moderação de conteúdos»:

- s) «**Sistema de recomendação**», um sistema total ou parcialmente automatizado utilizado por uma plataforma em linha para sugerir na sua interface em linha informações específicas aos destinatários do serviço ou conferir prioridade a essa informação, nomeadamente como resultado de uma pesquisa iniciada pelo destinatário do serviço, ou que determine de outra forma a ordem relativa ou a proeminência das informações apresentadas;
- t) «**Moderação de conteúdos**», as atividades, automatizadas ou não, empreendidas por prestadores de serviços intermediários, destinadas em especial a detetar, identificar e combater os conteúdos ilegais ou informações incompatíveis com os seus termos e condições fornecidos pelos destinatários do serviço, incluindo as medidas tomadas que afetam a disponibilidade, visibilidade e acessibilidade desses conteúdos ilegais ou dessas informações, como a despromoção, a desmonetização, a desativação do acesso ou a supressão dos mesmos, ou que afetem a capacidade de os destinatários do serviço fornecerem essas informações, como a cessação ou suspensão da conta de um destinatário

As grandes plataformas tecnológicas, cossignatárias do Código de Conduta sobre Desinformação, estão associadas a este combate contra a desinformação e em defesa da democracia, clarificando os conceitos de indisponibilidade e desmonetização de conteúdos, com a limitação de acesso e a supressão das receitas de canais em linha obtidas por meio de publicidade e por outras formas de incentivo financeiro. Exemplos relativos ao Youtube:

23 de março de 2022: devido à guerra na Ucrânia, o conteúdo que explora, menospreza ou aprova a situação não está qualificado para **monetização** até segunda ordem. A intenção dessa atualização é esclarecer e, em alguns casos, ampliar nossas orientações relacionadas à guerra.⁽¹¹⁾

O YouTube, subsidiário de vídeos da Google, interrompeu temporariamente a capacidade de diversos canais russos de **monetizar**, ou seja, receber lucros a partir de vídeos publicados na plataforma. Junto com a **desmonetização**, a empresa anunciou que limitará “significativamente” as recomendações para esses canais.⁽¹²⁾

O Centro de Transparência, associado ao Código de Conduta sobre Desinformação, publica regularmente relatórios das ações das plataformas em linha, da sociedade civil, dos **verificadores de factos** (*fact checkers*), dos intervenientes da tecnologia de anúncios e de muitos outros agentes no combate à desinformação. Exemplo (não está disponível versão em língua portuguesa):

Code of Practice on Disinformation: new reports available in the Transparency Centre

All major online platform signatories of the Code of Practice on Disinformation (Google, Meta, Microsoft and TikTok) have delivered a second set of reports on the implementation of the Code of Practice.

[...] Some examples of data from the reports

- **Google** indicates that in the first half of 2023 it prevented more than EUR 31 million in advertising from flowing to disinformation actors in the EU. Also, Google served 20 441 political ads in the EU for a value of almost EUR 4.5 million, while rejecting 141 823 political ads for failing the identity verification processes.
- **Meta** reported that over 40 million pieces of content received a factchecking label on Facebook and over 1.1 million on Instagram. 95% of users encountering content with a warning label that the information has been fact-checked choose not to click on it, and 37% of users on Facebook and 38% on Instagram who intended to share fact-checked content opt to cancel their sharing action when receiving the warning.
- **TikTok** reported that 29.93% of users cancel their sharing action when encountering an ‘unverified content’ label on the platform. Also, 140 635 videos accounting for more than 1 billion views were removed from the platform for infringement of the misinformation policy.
- **Microsoft** reports that more than 6.7 million fake LinkedIn accounts were prevented from being created (blocking registration) or restricted in the EU for the first half of 2023.

Additional data examples from the section on platforms' efforts to counter disinformation on Russia's war of aggression in Ukraine:

- **Google** reports that, between January and April 2023, YouTube terminated 411 channels and 10 Blogger blogs involved in coordinated influence operations linked to the Russian-state sponsored Internet Research Agency (IRA).
- **Meta** reports expanding its factchecking partnerships to 26 partners covering 22 languages in the EU, which now includes also Czech and Slovak.
- **TikTok's** fact-checking efforts cover Russian, Ukrainian, Belarusian and 17 European languages, including through a new partnership with Reuters. In this context, 832 videos related to the war have been fact-checked, of which 211 have been removed as a consequence of fact-checking.
- **Microsoft** highlights that Bing Search has either promoted authoritative information or downgraded less authoritative information in relation to 798 180 search queries related to the crisis.⁽¹³⁾

Terapia e profilaxia da desinformação na Internet

Von der Leyen pitches plan to shield EU from foreign interference if re-elected

[...] Speaking in her capacity as lead candidate for the centre-right European People's Party (EPP) — which is topping the pan-EU poll — she promised to set up a **European Democracy Shield** to bolster the bloc's capabilities to fight foreign influence if she secures a second term as Commission president.

The Shield would be tasked with **detecting** and **removing** online disinformation — building on the work of the EU's digital rulebook, the Digital Services Act (DSA) — and “inoculating” the bloc against malign influence by enabling Europeans to recognise threats.

[...] She also said that bolstering media literacy and attuning Europeans to propaganda operations, or “**pre-bunking**”, will be a priority.

“Instead of treating an infection once it has taken hold, that's the **de-bunking**, it is better to vaccinate, so that our body is inoculated”, she explained.⁽¹⁴⁾

Face às notícias falsas que circulam, sobretudo nas redes sociais, há duas técnicas de combate à mistificação: **técnicas reativas** e **técnicas proativas**. Ou, utilizando uma terminologia mais ligada à saúde: técnicas terapêuticas e técnicas profiláticas.

- Desmistificação posterior, reativa ou terapêutica (*de-bunking, debunking*)
- Desmistificação prévia, preventiva, proativa ou profilática (*pre-bunking, prebunking*)

Uma nota linguística relativamente aos termos ingleses *debunking* e *prebunking*, que nada têm a ver com búnqueres. Fazendo fé no conceituado Merriam-Webster⁽¹⁵⁾, os termos terão origem no nome do condado estado-unidense de **Buncombe**, na Carolina do Norte, nada tendo a ver com o termo *bunker*. Do topónimo, resultou o termo *buncombe*, que deu origem a *bunkum*, que por redução deu o nome *bunk*, no sentido de disparate. O verbo **debunk** surgiu na segunda década do século XX, com o sentido de desmascarar, desmontar um embuste. E quem fala em *debunk* também fala em **rebunk**, por amálgama de *re-* + *-(de)bunk*, com o sentido de confirmar o que fora indicado como suposto embuste. Quanto ao verbo *prebunk*, é muito mais recente e aparenta ter sido formado por amálgama de *pre-* + *-(de)bunk*, com o sentido de preparação para detetar e desmascarar ou desmontar um embuste.

As **abordagens terapêuticas** apoiam-se, principalmente, nas medidas tecnológicas de dissuasão acima referidas e em mecanismos de verificação de factos (*fact checking*), uma das armas utilizadas no combate à mistificação.

Em Portugal, são acarinhadas iniciativas de **verificação de factos** como o Fact Check⁽¹⁶⁾ do *Observador*, do Polígrafo⁽¹⁷⁾ do *Sapo*, da Prova dos Factos⁽¹⁸⁾ do *Público*, ou as ações do Centro Internet Segura (CIS)⁽¹⁹⁾ do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).

Complementarmente, a presidente Ursula von der Leyen propõe na Europa uma **abordagem profilática** em que aos cidadãos são fornecidas armas para reconhecerem/desconfiarem e se defenderem das mistificações veiculadas nas redes sociais. Com essa abordagem, os cidadãos serão expostos a doses

ligeiras de desinformação que, aumentando a literacia mediática, os ajudarão a reconhecer/desconfiar mais facilmente das **técnicas de manipulação** mais utilizadas e expectáveis. Alguns casos de estudo apresentados pela Jigsaw⁽²⁰⁾ do Google:

- Combater as narrativas antirrefugiados [ucranianos] na Europa Central e de Leste⁽²¹⁾
- *Prebunking* contra a desinformação sobre as vacinas⁽²²⁾

A Jigsaw identifica as seguintes **técnicas de manipulação mais utilizadas**⁽²³⁾ (termos e definições ligeiramente adaptados no confronto com outras versões linguísticas):

- **linguagem emocional** (*emotional language*) — linguagem que contém termos com uma forte carga emocional, principalmente com um efeito negativo, como medo ou indignação; manipulação emocional
- **promoção do medo** (*fearmongering*) — tipo de manipulação emocional que visa assustar o ouvinte
- **falsa dicotomia** (*false dichotomy*) — apresentação de um número limitado de escolhas ou perspetivas mutuamente exclusivas⁽²⁴⁾, quando na realidade há mais opções
- **escolha enviesada**⁽²⁵⁾ (*cherry picking*) — apresentação de uma seleção de provas para apoiar uma afirmação, ignorando ou omitindo provas que a contradizem
- **falsos especialistas**⁽²⁶⁾ (*fake experts*) — pessoas que falam de uma forma que dá a impressão de serem especialistas num tema, embora tenham poucos ou nenhuns conhecimentos ou experiência relevantes
Nota: Esta técnica é frequentemente utilizada para obter apoio para curas milagrosas ou argumentos não comprovados, ou para lançar dúvidas sobre o consenso dos especialistas; os falsos especialistas podem apoiar-se em instituições inteiramente fictícias que parecem legítimas, para aumentar a aparência de credibilidade.
- **manobra de diversão** (*red herring*) — desviar a atenção de uma questão real, concentrando-se noutro tópico apenas superficialmente relacionado com a questão original
- **bode expiatório** (*scapegoating*) — escolher uma pessoa ou grupo de pessoas e culpá-los injustificadamente por um determinado problema
- **ad hominem** — atacar uma pessoa que defende um argumento em vez de responder a esse argumento
Nota: Os ataques *ad hominem* são normalmente utilizados para desviar a atenção do assunto em questão, redirecionando-a para uma pessoa.
- **polarização** (*polarisation*) — divisão em dois grupos ou opiniões nitidamente opostas
Nota: Um estado em que as opiniões, crenças ou interesses de um grupo ou sociedade não variam ao longo de um contínuo, mas se concentram em extremos opostos.
- **falsa identidade** (*impersonation; spoofing*) — enganar um público assumindo a identidade *online* de outra pessoa
Nota: O objetivo é prejudicar a reputação dessa pessoa, causar danos emocionais ou difundir informação manipulativa de uma determinada fonte.
- **pendente escorregadia**⁽²⁷⁾ (*slippery slope*) — afirmar que um primeiro passo conduzirá inevitavelmente a consequências graves, e muitas vezes desastrosas
- **descontextualização** (*decontextualisation*) — mostrar intencionalmente texto, áudio ou imagens num contexto diferente ou remover informação contextual importante para alterar o seu significado

Comentário meu: A educação para o reconhecimento destas técnicas é útil, não só para defesa contra a desinformação das redes sociais, mas também face às técnicas de **caça ao clique**⁽²⁸⁾ dos títulos e dos parágrafos introdutórios (lides) dos meios de comunicação social.

Em anexo a este artigo faz-se um levantamento de terminologia (en, pt, es, fr) associada à desinformação e ao combate à desinformação e das respetivas fichas IATE:

correiapms@gmail.com

Anexo: Terminologia da desinformação e do combate à desinformação

en	pt	es	fr	IATE
hybrid warfare	guerra híbrida	guerra híbrida	guerre hybride	3561862
fake news	notícias falsas	noticias falsas	fausses informations infox	3572432
deep fake	falsificação profunda	ultrafalsificación ultrafalso falsedad profunda	infox vidéo vidéotox hypertrucage trucage vidéo ultra- realiste trucage vidéo élaboré	3576653
troll	trole	trol	troll	3551069
troll farm	fábrica de troles	granja de troles	usine à trolls	3575041
bot online bot	robô robô digital (bote)	bot	bot robot logiciel	3574883
chatbot	robô de conversação	robot conversacional	dialogueur	314843
misinformation	informação incorreta (má informação)	información errónea	mésinformation	3576921
disinformation	desinformação	desinformación	désinformation	1873368
online disinformation	(desinformação em linha)	desinformación en línea	désinformation numérique	3578987
mal-information malinformation	(informação mal-intencionada) (informação maliciosa)		information malveillante	3581942
media literacy	literacia mediática	alfabetismo mediático alfabetización mediática	éducation aux médias littératie médiatique	914771
debunking	desmistificação	refutación	debunking	3628979
fact checking	verificação de factos	verificación de datos	examen des faits	3574877
fact checker	verificador de factos	verificador de datos	vérificateur de faits	3574878
prebunking	pré-desmistificação (desmistificação prévia)	alerta antibulos	prebunking réfutation préventive	3628981
post-truth	pós-verdade	posverdad		3571055
Digital Services Act (DSA)	Regulamento dos Serviços Digitais (RSD)	Reglamento de Servicios Digitales	règlement sur les services numériques	3582127
European democracy action plan	Plano de Ação para a Democracia Europeia	Plan de Acción para la Democracia Europea	plan d'action pour la démocratie européenne	3582240
Code of Practice on Disinformation	Código de Conduta sobre Desinformação	Código de Buenas Prácticas en materia de Desinformación	code de bonnes pratiques contre la désinformation	3580219
European Digital Strategy	Estratégia Digital Europeia	Estrategia Digital Europea	stratégie numérique européenne	3591114
recommender system	sistema de recomendação	sistema de recomendación	système de recommandation	1268077
content moderation	moderação de conteúdos	moderación de contenidos	modération des contenus	3588226
demonetisation	desmonetização	desmonetización	démonétisation	3620701
demotion	(despromoção)			3590075

Nota: entre parêntesis, propostas de termo ou sinonímia

(1) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre o plano de ação para a democracia europeia, COM(2020) 790,

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0790&from=PT>.

(2) Spring, M., «Did social media fan the flames of riot in Southport?», *BBC*, 31.7.2024,

<https://bbc.com/news/articles/cd1e8d7llg9o>.

(3) «Kremlin-backed media outlets RT and Sputnik are officially banned in the EU as of Wednesday morning, in a move meant to crack down on Russian disinformation amid Moscow's invasion of Ukraine.

The sanctions against the news groups were published in the EU's Official Journal, effectively providing legal grounds to implement the Commission and EU governments' decision to take both Russian state-run organizations off the air and offline within the bloc.

The EU's exceptional move is far-reaching and covers any means of transmission or distribution, such as cable, satellite, Internet Protocol television, internet service providers, video-sharing platforms and applications carrying content from RT and Sputnik. Licenses, authorizations and distribution agreements will also be suspended.»

Kayali, L., Goujard, C., «EU officially boots Russia's RT, Sputnik outlets», *Politico*, 2.2.2022,

<https://www.politico.eu/article/russia-rt-sputnik-illegal-europe/>.

(4) Também conhecidas — sobretudo nas redes sociais! — como **feiques**, por redução de **feiquenius**.

«Por que falar de “mentiras” num artigo de jomal? Simples: “jomal” vem do latim “diurnal”, diário, relativo ao dia, hoje, atual. E nada tão atual quanto as mentiras, agora com nome chique de “fakes”, que sem pedir licença aportuguesei para “feiques”, como nossos ancestrais fizeram com o futebol, que era “football”. Ninguém mais estranha.

[...] Todos estamos sujeitos às **feiques**. Não é à toa que a Bíblia toca no assunto em Êxodo 20:16: não levantar falso testemunho. Em Efésios 4:25, Colossenses 3:9, Provérbios 12:22, João 8:44, Salmos 101:7. E o Apocalipse 22:15 pega pesado ao associar o mentiroso com feiticeiros, adúlteros, homicidas e idólatras. Não entram no Céu. Seria de esperar que no mundo “cristão” não existissem mentirosos. Mas existem milhões. Salvemos os contadores de casos, pescadores, pinguços, seresteiros, frequentadores de botecos, e colocá-los à parte: estes entram no reino celestial. E também crianças levadas, alunos estressados, esposas de maridos violentos, que, com razão, se salvam com mentirinhas bem boladas.»

Carlos, E., «Eu não sei você, mas eu minto», *Jornal Daqui*, 25.8.2023.

<https://www.jomaldaquisg.com.br/index.php/blogs/edson-carlos/item/330-eu-nao-sei-voce-mas-eu-minto>.

(5) Antes do 25 de Abril, era frequente a expressão «B.O.» («boato orientado») para designar aquilo a que hoje em dia, provavelmente, se chamaria *targeted fake news*.

(6) O termo inglês *troll* tem sido aportuguesado como trole (plural, troles) ou trol (plural, troís).

(7) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia, COM(2018) 236,

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018DC0236&from=PT>.

(8) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre o plano de ação para a democracia europeia, COM(2020) 790,

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0790&from=PT>.

(9) Regulamento (UE) 2022/2065 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de outubro de 2022, relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais),

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32022R2065&from=PT>.

(10) *The Strengthened Code of Practice on Disinformation*, 2022,

<https://disinfocode.eu/wp-content/uploads/2023/01/The-Strengthened-Code-of-Practice-on-Disinformation-2022.pdf>.

(11) YouTube Help, *Advertiser-friendly content guidelines*, <https://support.google.com/youtube/answer/6162278>.

(12) Souza, R., «Meta, Google e Twitter: Empresas de tecnologia aplicam sanções contra Rússia», *CNN Brasil*, 1.3.2022,

<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/meta-google-e-twitter-empresas-de-tecnologia-aplicam-sancoes-contrarussia/>.

(13) Comissão Europeia, *Code of Practice on Disinformation: new reports available in the Transparency Centre*,

<https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/code-practice-disinformation-new-reports-available-transparency-centre>.

(14) Jones, M. G., «Von der Leyen pitches plan to shield EU from foreign interference if re-elected», *Euronews*, 14.5.2024,

<https://www.euronews.com/my-europe/2024/05/14/von-der-leven-pitches-plan-to-shield-eu-from-foreign-interference-if-re-elected>.

Existe uma tradução deste texto da Euronews em português, aparentemente resultante de tradução automática,

<https://pt.euronews.com/my-europe/2024/05/14/von-der-leven-apresenta-plano-para-proteger-a-ue-da-interferencia-estrangeira-se-for-reele>.

(15) Merriam-Webster, *Word of the Day: debunk*,

<https://www.merriam-webster.com/word-of-the-day/debunk-2018-08-08>.

(16) Observador, *Fact Check*, <https://observador.pt/seccao/observador/fact-check/>.

(17) Sapo, *Polígrafo*, <https://poligrafo.sapo.pt/>.

(18) Público, *Prova dos Factos*, <https://www.publico.pt/prova-dos-factos>.

(19) Centro Internet Segura, <https://www.internetsegura.pt/>.

(20) A Jigsaw é uma unidade do Google que estuda ameaças a sociedades abertas e desenvolve tecnologias que estimulam soluções expansíveis, <https://jigsaw.google.com/>.

(21) YouTube, *Don't let scapegoating manipulate you*, Info Interventions,

https://youtu.be/PCG7WB-i_n4.

(22) YouTube, *Prebunking the Rhetorical Strategies in Vaccine Misinformation*, Info Interventions,

https://youtu.be/QOJTc_IYhOI.

(23) Técnicas de manipulação mais utilizadas, Google, *O prebunking é uma técnica utilizada para evitar a manipulação online*, <https://prebunking.withgoogle.com/pt>.

⁽²⁴⁾ «mutuamente inclusivas», no original.

⁽²⁵⁾ «escolha seletiva», no original; em alternativa, «escolha de conveniência».

⁽²⁶⁾ «especialistas falsos», no original.

⁽²⁷⁾ «pista escorregadia», no original; em alternativa, «declive escorregadio».

⁽²⁸⁾ De onde deriva o termo **caça-cliques** (en: *clickbait*). Cf. IATE 3573212, <https://iate.europa.eu/entry/result/3573212/en-pt>.

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Redação nem das instituições europeias.

A Redação é responsável pela linha editorial d'«a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redação: Ana Luísa Faria (Conselho); José Pedro Ferreira (Comissão); Victor Macedo (CESE-CR); José António Mesquita (PE); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)

Grupo de apoio: Paulo Correia; Susana Gonçalves (Comissão); Hilário Leal Fontes (Comissão); Álvaro Carvalho (Comissão); Sérgio Ferreira Cardoso (Comissão); Daniela Ramalho da Silva (PE); Joana Seixas (CESE-CR)

Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)

Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.



A coleção completa d'«a folha» está disponível no catálogo em linha da Biblioteca Jacques Delors
[https://infoeuropa.euocid.pt/pesquisar/wti=\(a+folha\)+AND+\(wfmt=se+OR+wfmt=an\)/catalogo=bibliografico](https://infoeuropa.euocid.pt/pesquisar/wti=(a+folha)+AND+(wfmt=se+OR+wfmt=an)/catalogo=bibliografico)

«a folha» ISSN 1830-7809

